

Os primeiros quatorze anos no Senado

Pela infância, pelo Nordeste e por um Brasil melhor

**Senadora Patrícia Saboya
2003 a 2006**

EXPEDIENTE

Coordenação–Geral

Gláucia Maria de Borba Benevides Gadelha – Chefe de Gabinete

Coordenação política

José Moacir Mendes Saboya

Coordenação da Equipe do Escritório do Ceará

Bel Frota

Edição

Mariana Monteiro e Patrícia Andrade

Redação final

Angélica Leal, Mariana Monteiro e Patrícia Andrade

Produção dos textos

Alfredo Costa Filho, Angélica Leal, Francisco José de Sousa, Márcio Sanchez, Mariana Monteiro, Patrícia Andrade e Paulo Guilherme Waisros Pereira

Colaboração

Ana Emanuela Paiva Barroso, Denise Scarassati, Eduardo Brito da Cunha, Joyce Rangel Torres, Lígia Aguiar, Maria Alba Thomé de Sousa, Neyda Maria de Castro Menezes e Valmir Vilar de Carvalho

Edição de imagens

Márcio Sanchez

Coordenação de distribuição e mailing

Fátima Maria Thomé de Sousa e Pedro Hollanda

Editoração e capa

Liu Lopes – Núcleo de Criação e Marketing/SECS

Sumário

PALAVRA DA SENADORA, **5**

Compromisso com a infância e a adolescência, **9**

Ações internacionais, **43**

Atuação legislativa, **53**

Atenção ao Ceará, **67**

Desenvolvimento regional, **87**

Direto da tribuna, **101**

Reconhecimento público, **119**

Daniela Conti/Jornal O Dia



Palavra da senadora

Concluo a primeira metade do meu mandato como senadora com dois sentimentos. Por um lado, alcançamos importantes vitórias na luta pelos direitos de crianças e adolescentes e na busca por melhores condições de vida para o povo nordestino, em especial para os cearenses. Por outro lado, entretanto, sinto que ainda temos imensos desafios pela frente na construção de um Brasil mais desenvolvido e com maior equilíbrio econômico e social.

Nesses primeiros quatro anos, procurei, no dia-a-dia das atividades do Senado Federal, dar prioridade à defesa dos direitos do segmento mais vulnerável da população: os nossos meninos e meninas. Com isso, conseguimos trazer a pauta da infância e da adolescência – relegada historicamente a um segundo plano – para o centro das discussões do Senado. Foi com muito orgulho que assumi, ainda no começo de 2003, a coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado – um movimento suprapartidário que conta atualmente com a adesão de 134 deputados e 25 senadores. Também, em 2003, abracei uma missão de fundamental importância, não apenas para o meu mandato, mas, sobretudo, para a minha vida: a presidência da CPMI da Exploração Sexual. Com um trabalho intenso, que durou mais de um ano, foi possível trazer à tona um

tema cercado de tabus, preconceitos e silêncio. Mas a luta por mais qualidade de vida para a população infanto-juvenil é cotidiana e envolve ações em várias frentes, entre as quais a busca por maior aporte de recursos orçamentários para os programas sociais. Costumo dizer que as crianças não devem estar só no nosso coração, mas também no Orçamento Público.

Paralelamente, busquei sempre colocar o Ceará no centro das minhas preocupações, seja por meio da apresentação de emendas ao Orçamento para beneficiar os municípios, seja pela defesa diária e intransigente de projetos capazes de levar o desenvolvimento e a distribuição de renda para o Estado. Lutei pela instalação da refinaria no Ceará; trabalhei pela aprovação de empréstimos para empreendimentos importantes, como foi o caso do Transfor, que mudará o sistema de transportes de Fortaleza; e venho defendendo, arduamente, que o governo federal cumpra a promessa de levar a siderúrgica para o nosso Estado. Acreditando que a Sudene pode impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento para o Nordeste, defendi sua recriação. Uma vitória importante que me orgulho de ter obtido foi conseguir que parte do Programa Nacional do Biodiesel fosse feita por meio da agricultura familiar, o que proporciona a tão desejada inclusão social. Atualmente, essa fonte de energia renovável revolucionária tem também uma função social inegável, ao permitir que os pequenos produtores rurais retenham para si o valor referente ao refino da mamona.

Atuei também em favor da transparência e da ética na política. No ano de 2005, marcado por denúncias de corrupção que pareciam infundáveis, conseguimos aprovar uma reforma eleitoral que reduziu os custos das campanhas, obrigou os comitês eleitorais a disponibilizar informações sobre doações na internet e fez com que os candidatos se mostrassem bem mais parecidos com o que realmente são na TV e no rádio. Ainda é pouco.

Vamos insistir para que, em 2007, seja aprovada uma Reforma Política ampla, que reveja a forma de financiar as campanhas de modo a dar chances mais equânimes aos candidatos e que seja capaz de transformar os partidos em entidades mais representativas. Precisamos trabalhar também para que a partir de 2007 o País finalmente retome o crescimento econômico, invista cada vez mais em estratégias de geração de emprego e renda e consiga aprimorar sua rede de proteção social, propiciando uma vida digna e feliz para todos os brasileiros.

Um grande abraço,

Senadora Patrícia Saboya



Senadora Patrícia participa de ato público
contra a exploração sexual de meninos e meninas

Compromisso com a infância e a adolescência

A defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil é prioridade absoluta para a senadora Patrícia

A luta incessante para que toda criança brasileira possa viver com dignidade, tenha oportunidades concretas para desenvolver suas potencialidades e o inalienável direito de brincar e ser feliz foi a principal marca dos primeiros quatro anos do mandato da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE). Ao ser eleita primeira senadora da história do Ceará, Patrícia trouxe para o Congresso Nacional uma longa experiência de militância na área da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, adquirida no decorrer de sua trajetória política.

"Mais de 60 milhões de crianças e adolescentes vivem hoje no Brasil. Infelizmente, porém, quase metade dessa população ainda está longe de ter seus direitos básicos respeitados no seu dia-a-dia", lamenta Patrícia. "Transformar essa realidade é uma tarefa que deveria ser prioritária e urgente para toda a sociedade brasileira e, em especial, para as autoridades públicas. Essa é uma dívida que o Brasil precisa saldar o mais rapidamente possível, sob pena de continuarmos perdendo, cotidianamente, nossas crianças para o mundo da criminalidade, das drogas, da exploração sexual e do trabalho infantil", afirma.

Desde o início de seu mandato, a senadora se dedicou fortemente à causa da infância e da adolescência, buscando, sempre, estabelecer parcerias sólidas com as entidades da sociedade civil que trabalham nessa área e uma interlocução permanente com as organizações governamentais. Além de participar de importantes comissões do Senado Federal, como a de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Educação, Patrícia Saboya abraçou funções diretamente ligadas à defesa dos direitos desse segmento populacional e logo virou referência no Congresso quando o assunto é a criança e o adolescente.

FRENTE PARLAMENTAR

Uma de suas primeiras ações foi trabalhar pela rearticulação e revitalização da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual é coordenadora desde 2003 ao lado das deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP). Na qualidade de coordenadoras do colegiado, as três saíram a campo, no início de 2003, buscando mobilizar o maior número possível de parlamentares em torno dessa causa. O resultado foi animador. Em pouco tempo, a Frente Parlamentar conseguiu um número recorde de adesões: atualmente é integrada por 134 deputados e 25 senadores.

Criada em 1993, a Frente Parlamentar é uma das mais antigas e atuantes dentro do Congresso Nacional, tendo colecionado importantes vitórias na luta pelo cumprimento dos direitos de meninos e meninas do nosso País. Entre 2003 e 2006, o colegiado iniciou uma nova fase, com a saída de lideranças importantes, como a deputada Rita Camata (PMDB-ES), e a chegada de deputados e senadores que traziam, para o Congresso Nacional, uma forte vivência nesse campo.

Nesses quatro últimos anos, o colegiado atuou ativamente em várias áreas, entre as quais podemos destacar o combate à exploração sexual e a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, o enfrentamento do trabalho infantil, a busca por mais qualidade na educação, na saúde e em outros serviços públicos essenciais, a discussão em torno de assuntos polêmicos como a redução da maioridade penal e a situação dos adolescentes em conflito com a lei, o debate sobre a nova lei da adoção e a ampliação da licença-maternidade e a luta por mais recursos no Orçamento da União para os programas que beneficiam direta ou indiretamente a população infanto-juvenil. "O número recorde de adesões que conseguimos a partir de 2003 mostra que a pauta da infância e da adolescência conquista cada vez mais corações e mentes no Congresso Nacional", acredita Patrícia.

CPMI DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Outra iniciativa relevante da senadora Patrícia, deflagrada logo no início de seu mandato, foi a criação, em junho de 2003, da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do Congresso Nacional destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, presidida por ela. A comissão trabalhou até julho de 2004, quando os parlamentares votaram o relatório final.

Para investigar esses crimes, a CPMI percorreu todas as regiões do Brasil. Foram visitados 22 Estados, realizadas 34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligências. Os parlamentares analisaram 958 documentos, ouviram 285 pessoas e receberam 832 denúncias vindas de todo o País. A comissão sugeriu o indiciamento de cerca de 250 pessoas, incluindo políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas.

A CPMI constatou que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto nos grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades. Trata-se de um fenômeno complexo, que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais, como o machismo, o preconceito racial, a idéia de que o adulto tem poder sobre a criança e as diferenças de classes sociais. A exploração sexual comercial no Brasil, de modo geral, conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto para dar prazer ao adulto.

José Cruz/Agência Senado



Deputado Luiz Couto (PT-PB) celebra missa para lembrar vítimas da violência sexual

A comissão descobriu ainda que o perfil dos clientes é mais diversificado do que se imaginava. Foi uma surpresa para os parlamentares constatar que profissionais e agentes públicos, funcionalmente responsáveis pela integridade das crianças, como políticos, juízes, policiais e líderes religiosos, engrossam o rol de pessoas envolvidas nas redes que exploram crianças e adolescentes.

Mudanças na lei

Convicta de que não bastava identificar e desmontar as redes de exploração sexual em atividade no País, a CPMI ofereceu, em seu relatório final, um conjunto de propostas para aprimorar as políticas públicas na área da infância, bem como para alterar a legislação vigente no sentido de melhor resguardar os direitos das vítimas, propiciando o enquadramento criminal dos culpados. Essa estratégia de proteção das crianças e de combate à impunidade compreendeu acréscimos e mudanças de vários dispositivos do Código Penal (CP), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código de Processo Penal (CPP). Tais propostas foram aprovadas pelo Senado Federal em março de 2005 e desde então tramitam na Câmara dos Deputados.

Entre as principais sugestões está a mudança, no Código Penal, do conceito de "crimes contra os costumes" para "crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual". "O Código ainda trata essa questão a partir do aspecto moral. A nossa intenção foi trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as pessoas", explica a senadora Patrícia.

Outro ponto importante é o tratamento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A proposta da CPMI classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo

penal, cometido contra as pessoas, e não somente contra as mulheres. A idéia é que, assim, seja possível punir também, de forma mais severa, as agressões contra os meninos.

Tráfico interno

A comissão também propôs criar o crime de "favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável". Segundo a senadora, a idéia é deixar mais claro na legislação que a punição deve se estender a toda a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes, inclusive ao cliente. No conjunto de sugestões está, ainda, a inclusão do crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais no arcabouço legal do País. Isso porque a atual legislação só considera como delito o tráfico internacional. Também faz parte do rol de mudanças a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Hoje, apenas é possível iniciar uma investigação quando existe uma queixa privada. O problema é que a grande maioria dos casos de violência sexual é cometida por alguém da própria família da criança, impedindo que o fato venha à tona. E a alteração no Código Penal abre espaço para que o Ministério Público apresente a denúncia independentemente de ter havido uma reclamação por parte da vítima ou de alguém de sua família.

Quanto às propostas de mudança no ECA, uma delas faz uma alteração no artigo 241 do Estatuto, que trata dos crimes de pedofilia na internet. A outra modifica o artigo 250, propondo a possibilidade do fechamento definitivo de estabelecimento que hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem a prévia autorização destes. A CPMI também apresentou projeto de lei sugerindo que os estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem, bares, restaurantes e similares devem exibir avisos, mensagens ou

cartazes informando o caráter criminoso da submissão de crianças e adolescentes à exploração sexual. Os avisos devem ser feitos em português e em inglês.

Já a mudança prevista no Código de Processo Penal prevê que, em caso de crime contra a liberdade sexual da criança ou do adolescente, o exame pericial será realizado em local separado com o objetivo de preservar a imagem e a intimidade da vítima, garantindo também o acompanhamento de pais ou responsáveis. Segundo a proposta, caberá ao juiz solicitar ainda a realização de laudo psicossocial por equipe multidisciplinar para apurar outros elementos capazes de indicar se houve abuso sexual.

“Com a aprovação dessas propostas também pela Câmara, daremos mais um importante passo nessa luta. Mas é bom ressaltar que somente isso não basta para enfrentar esse complexo fenômeno”, pondera a senadora Patrícia. “O combate à exploração sexual precisa ser feito com diversas ações em vários campos e envolvendo os mais diferentes atores sociais. Ou seja: não será suficiente endurecermos as leis se continuarmos com políticas públicas ineficientes e pouco criativas, incapazes de livrar tantos meninos e meninas do perverso mercado do sexo. Também é fundamental a conscientização da sociedade de que é importante denunciar esses crimes às autoridades competentes. A Polícia e a Justiça, por sua vez, precisam fazer o seu papel, investigando com rigor e condenando os culpados”, arremata.

Mobilização constante

Os trabalhos da CPMI terminaram em julho de 2004, mas a senadora continuou lutando contra a exploração e o abuso sexual, dentro e fora do Congresso Nacional. Na qualidade de coordenadora da Frente Parlamentar, participou de iniciativas importantes nessa área como a

Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual nas Rodovias. Essa campanha, lançada em agosto de 2005, teve por objetivo esclarecer os trabalhadores do setor de transportes, em especial os caminhoneiros, sobre a gravidade desse problema e a necessidade de denunciá-lo.

Com o lema "Proteja como se fosse sua filha", a iniciativa foi fruto de uma parceria entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). "Um dos maiores êxitos dessa campanha foi a mobilização da sociedade. Só para termos uma idéia, depois do seu lançamento, aumentou em 71% o número de denúncias de casos de exploração sexual", registra Patrícia Saboya.

Desde 2004, a Polícia Rodoviária Federal realiza minucioso mapeamento dos locais de risco para crianças e adolescentes às margens das rodovias federais. A PRF já identificou 1.222 pontos vulneráveis à exploração sexual de meninos e meninas nas estradas brasileiras. Muitos estão situados em regiões fronteiriças, onde se verifica forte atuação do tráfico internacional de drogas e seres humanos. Minas Gerais (190 pontos), Paraná (105) e Mato Grosso do Sul (101) são os estados com maior número de pontos identificados em bares, boates, postos de combustíveis, motéis e restaurantes, entre outros. A OIT calcula que a exploração atinja 100 mil crianças e adolescentes, boa parte deles ao longo das rodovias.

Em novembro de 2006, Patrícia Saboya participou do lançamento do *Programa Na Mão Certa*, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras. A iniciativa é do Instituto WCF-Brasil, ONG criada pela rainha Sílvia, da Suécia, e foi apresentada durante café da manhã na sede da Fiesp, em São Paulo,

reunindo empresários, representantes da sociedade civil e de organismos internacionais, como o Unicef e a OIT. Na ocasião, foi também lançado o Pacto Empresarial, realizado em parceria com o Instituto Ethos, que tem como propósito envolver as empresas do setor de transportes no esforço de eliminar essa prática das estradas brasileiras.

“Combater a exploração sexual nas rodovias é uma tarefa urgente, fundamental e que deve envolver todos os setores da sociedade brasileira”, defendeu a senadora Patrícia, que, durante a solenidade, falou sobre os resultados de mais de um ano de trabalho da CPMI.

Semana do 18 de maio

Patrícia Saboya também tem tido participação ativa nas mobilizações em torno do 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, instituído por lei em 2000. Em 2005, a semana do 18 de maio contou com uma inovação: a abertura aconteceu em Fortaleza, no Ceará, e reuniu ministros, senadores, deputados e representantes de ONGs em torno do lançamento de uma série de iniciativas em favor da população infanto-juvenil.

Um dos momentos mais importantes foi o lançamento do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e a Adolescência – uma iniciativa coordenada pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio da Assembléia Legislativa do Ceará e da Frente Parlamentar da Infância do Estado. Numa cerimônia na Assembléia, parlamentares de todas as regiões do País assinaram o documento pelo qual se comprometem a acompanhar “de forma sistemática e sincronizada” os projetos de lei de interesse da criança e do adolescente, adotar o Orçamento Criança, monitorar os recursos destinados à infância e à adolescência e fiscalizar o cumprimento das políticas públicas relativas à questão.

Em Brasília, adolescentes de todas as regiões brasileiras expuseram, no Congresso, um mapa do Brasil produzido por eles, com os dados, por Estado, da violência sexual. Os jovens cobraram dos parlamentares a votação na Câmara, em regime de urgência, dos projetos que possibilitam que crimes sexuais contra meninos e meninas sejam punidos com maior rigor, já aprovados pelo Senado.

Em 2006, como decorrência natural do Pacto, a Frente Parlamentar resolveu concentrar esforços, na semana do 18 de maio, na articulação com os Estados. Assim, em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e diversos movimentos sociais, a Frente lançou, em Brasília, no dia 18 de abril, a campanha *Parlamentares da Esperança: Seu Voto é pela Infância*. O objetivo da iniciativa foi sensibilizar os parlamentares de todas as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais do País, além dos próprios deputados federais e senadores, para que priorizassem ações voltadas para a defesa dos direitos da população infanto-juvenil durante o período de 18 de abril até 18 de maio, no marco do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

No Congresso Nacional, a mobilização foi pela votação dos projetos oriundos da CPMI da Exploração Sexual. Embora a Frente Parlamentar não tenha conseguido fazer com que a Câmara dos Deputados votasse as propostas da CPMI, nos estados a mobilização deflagrada pela campanha rendeu bons frutos.

Em todo o País, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores promoveram audiências públicas, debates e sessões especiais para discutir estratégias e políticas para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, além da apresentação e votação de projetos de lei. Nesse período, várias novas Frentes Parlamentares pela Criança e pelo Adolescente foram criadas tanto no âmbito estadual quanto no municipal.

AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE

Em 2005, a senadora Patrícia Saboya abraçou mais uma importante causa para o bem-estar das crianças brasileiras: a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. Em agosto, ela apresentou projeto de lei prevendo a licença-maternidade de seis meses em troca de benefícios fiscais para as empresas que aderirem à idéia. A proposta, elaborada em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tem por objetivo reforçar os laços afetivos entre mãe e filho durante os seis primeiros

Jane de Araújo/Agência Senado



**Parlamentares lançam campanha pela
votação de projetos em prol da infância**

meses de vida. "A ciência está comprovando que esse vínculo forte é determinante para que ocorra, de forma intensa, uma série de transformações no bebê que contribuem não só para o seu desenvolvimento físico, mas também emocional e intelectual", ressalta Patrícia. Segundo ela, outro papel do projeto é estimular o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses, exatamente como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS). "O próprio governo brasileiro faz campanhas orientando as mães a dar de mamar a seus filhos durante esse período. Contraditoriamente, a Constituição prevê uma licença-maternidade de quatro meses", diz.

De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Jr., autor do anteprojeto que deu origem

Geraldo Magela/Agência Senado



Personalidades e especialistas discutem, em audiência pública, a importância da licença de seis meses

à proposta da senadora, é nessa fase da vida da criança (até seis meses) que o cérebro registra o maior índice de crescimento, aumentando dois gramas por dia em razão da velocidade das ligações entre os neurônios. Esse ritmo de desenvolvimento jamais será alcançado em outra etapa da vida. A senadora Patrícia lembra que o afeto e a estimulação adequados que o bebê recebe de quem o cerca nessa fase fundamental são determinantes para o seu grau de desenvolvimento. Isso sem falar na segurança e autoconfiança que essa ligação estreita entre mãe e filho traz, ressalta.

A amamentação durante esse período reduz em 17 vezes as chances de a criança ter pneumonia, em 5,4 vezes a incidência de anemia e em 2,5 vezes a possibilidade de diarreia, complementa ainda o presidente da SBP.

Responsabilidade social

Patrícia Saboya faz questão de ressaltar que a licença de seis meses é facultativa. Ou seja: aderem à proposta as empresas privadas que se interessarem em ter descontos em tributos federais. A dedução será correspondente aos dois meses excedentes do salário da funcionária. A trabalhadora, por sua vez, também poderá escolher se prefere ficar longe do trabalho por quatro ou seis meses. "Optamos por esse caminho por acreditarmos que é preciso consolidar no País a cultura da responsabilidade social, fazendo com que as empresas percebam que, ao adotar essa prática, ajudam toda a sociedade", defende Patrícia. "Saem ganhando a empresa, porque suas funcionárias trabalharão mais motivadas; as mulheres, porque vão ter um convívio mais rico com seus filhos; a própria criança, é claro; e o Estado, que terá uma economia brutal com a redução das internações hospitalares na medida em que o leite materno funciona como uma verdadeira vacina contra várias doenças", conclui a senadora.

O empresariado brasileiro já dá sinais de que está aberto a mais esse avanço. Foi o que Patrícia Saboya percebeu quando visitou, em agosto de 2005, ao lado do presidente da SBP, Dr. Dioclécio Campos Jr., entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO) e a Fundação Abrinq. "Isso é uma prova de que esse segmento tão fundamental já se convenceu de que o impacto dos seis meses de distanciamento da mulher do trabalho será pequeno diante da imensurável contribuição que o estreitamento dos laços entre mãe e filho trará para as novas gerações", avalia Patrícia. A proposta, que já ganhou o apelido de *Lei Patrícia*, tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Audiência no Senado

Em março de 2006, foi realizada a primeira audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado para discutir a matéria e o projeto da senadora ganhou, o apoio declarado e entusiasmado de vários parlamentares. Para o presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os benefícios do projeto superam "e muito" os custos da prorrogação da licença. "Se tivermos dificuldades para aprovar a proposta, é porque existe uma lógica perversa da economia dominando o Brasil. Mas fiquem certos de que vocês têm em mim um soldado nessa causa", garantiu. O relator da matéria na CDH, Paulo Paim (PT-RS), assegurou que o seu parecer será totalmente favorável ao projeto de Patrícia Saboya. Ele lembrou, emocionado, das histórias que ouviu de sua mãe que era operária numa fábrica que produzia compensados de madeira. Para amamentá-la, ela contava com a ajuda dos vizinhos que o levavam no colo até a fábrica. Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que também é membro da Confederação Nacional

da Indústria (CNI), não só manifestou apoio à proposta como assumiu o compromisso de defendê-la junto à entidade.

A audiência pública contou com a presença da atriz e humorista Maria Paula e da operária Flávia Ramos, madrinhas da campanha da SBP pela licença de seis meses. Os senadores ouviram as exposições do presidente da SBP, Dioclécio Campos Jr.; do presidente da Fundação Abrinq, Rubens Naves; e dos representantes da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Elizabeth Pereira; da OAB, Joelson Dias; e do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), José Eduardo Andrade. Dioclécio Campos Jr. falou sobre os fundamentos científicos que embasaram a elaboração do projeto. "A proposta se fundamenta no direito da criança de poder construir um vínculo afetivo profundo e estável, nos primeiros seis meses de vida, quando crescem as estruturas do sistema nervoso central em velocidade que jamais será repetida", afirmou. Joelson Dias, por sua vez, disse que a OAB não vê essa proposta como renúncia fiscal, e sim como um investimento social que já deveria ter sido feito pelo Brasil há muito tempo. Rubens Naves afirmou que já existe uma consciência do empresariado sobre a importância desse projeto e considerou a proposta como "um grande avanço na luta em prol da criança e do adolescente".

A humorista Maria Paula ressaltou a importância dos dois meses adicionais para o relacionamento entre mãe e filho. "O começo de uma nova vida é muito difícil. Esse período é de uma riqueza de sensações, é de uma profundidade tamanha, que realmente precisamos de mais tempo. O bebê merece esse tempo maior, mas a mãe também merece", disse Maria Paula. Em uma fala emocionada, a senadora Patrícia reafirmou que está na hora de o Brasil respeitar mais as mulheres. "Somos nós quem carregamos a humanidade no ventre. Não é possível que nós, que trabalhamos em média 40 anos, não possamos nos ausen-

tar do trabalho por seis meses para dar amor e carinho ao nosso filho", afirmou Patrícia.

Também em março de 2006, a campanha pela ampliação da licença-maternidade pôde comemorar outra grande vitória. Nasceu, no dia 13, às 21h, com saúde e mamando bem, a primeira criança beneficiada pela licença de seis meses: Júlia, filha da socióloga Soraia Colaço, funcionária pública do município de Beberibe, no Ceará, cidade pioneira na adoção dessa prorrogação. "Tive que me afastar da minha primeira filha com quatro meses e me senti muito mal", disse, Soraia, consciente da importância do contato entre a mãe e o bebê. "Júlia é muito tranqüila e mama o tempo todo", afirmou sobre a menina de 51 cm e 3,4 kg.

Interesse do Poder Público

A iniciativa da prefeitura de Beberibe foi fruto do trabalho intenso, realizado pela senadora em parceria com a SBP em todo o País, para divulgar a proposta da licença de seis meses. Ainda em dezembro de 2005, depois de apresentar o projeto nacional no Senado, Patrícia Saboya lançou a todos os municípios brasileiros um desafio: o de criar, em lei municipal, o benefício para as servidoras públicas. Beberibe encampou prontamente a idéia fazendo com que a cidade se tornasse a primeira a conceder a licença de seis meses às suas funcionárias. Para reforçar a campanha, a senadora enviou a todas as prefeituras do Ceará uma minuta exemplificando como poderia ser uma proposta com esse conteúdo.

Em junho de 2006, foi realizado o *Encontro de Prefeitos, Primeiras-Damas e Vereadores do Ceará – Licença-Maternidade: Seis meses é melhor*, em Fortaleza. A iniciativa visando incentivar a adoção da licença por mais prefeituras foi da senadora Patrícia em parceria com a Associação de Primeiras-Damas do Ceará (APDMCE), a Associação de Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), a União dos Vereadores do Ceará (UVC), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e o Unicef.

O evento foi marcado por depoimentos emocionados de pessoas de municípios onde a licença de seis meses já está em vigor. Com a menina Júlia, que, na ocasião já tinha seis meses de idade, a socióloga Soraia Colaço, de Beberibe, agradeceu pela chance de ter podido dar total assistência à filha por mais dois meses. Maria Silani Uchôa, professora de General Sampaio, também contou como foi poder gozar da licença estendida.

A prefeita de General Sampaio, Eliene Brasileiro, se lembrou de quando recebeu, em 2005, em seu gabinete, a proposta de projeto de lei da senadora para os municípios. "Enviei o projeto no mesmo dia à Câmara de Vereadores. Na gravidez de um dos meus filhos, como tive que sair de licença no oitavo mês, fui obrigada a voltar a trabalhar quando ele só tinha três meses" lamentou (*leia mais sobre o encontro no capítulo Atenção ao Ceará*).

"Com o nosso trabalho em todo o País, já estamos criando uma cultura em torno da importância da licença-maternidade de seis meses para as crianças e as mães brasileiras", comemora a senadora. Até dezembro de 2006, a licença de seis meses já era uma realidade para as servidoras públicas de 34 municípios. Destes, 17 são cearenses, incluindo a capital, Fortaleza. A primeira capital brasileira a adotar o benefício foi Vitória (ES), em seguida vieram São Luís (MA) e Natal (RN). O Estado do Amapá também já conta com a licença ampliada, por meio de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa. Além disso, em várias Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o País tramitam propostas nesse sentido.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao longo dos últimos quatro anos, a senadora Patrícia também se dedicou com afinco ao tema da Educação Infantil. Em

abril de 2005, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, a Proposta de Emenda Constitucional que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de até seis anos. A PEC, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), modifica o artigo 208 da Constituição, deixando claro que é dever do Estado "o acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda demanda pela Educação Infantil". A proposta tramita agora na Câmara.

Para a senadora Patrícia Saboya, que atuou como importante articuladora no processo de discussão e aprovação dessa matéria, o Senado viveu um momento "histórico" ao dar prioridade a um assunto que, muitas vezes, só é lembrado nas campanhas eleitorais. "Esta proposta resgata a imensa dívida que temos com 23 milhões de crianças brasileiras entre zero e seis anos", afirmou. Segundo ela, a medida ajudará também as mães trabalhadoras. "Quantas mulheres saem todos os dias de suas casas antes das cinco da manhã, pegam dois ou três ônibus e vão cuidar dos filhos de outras pessoas enquanto suas crianças ficam sozinhas, sem qualquer assistência?", destacou.

A luta pelo Fundeb

Na batalha pela garantia dos direitos das crianças desde a primeira infância, a senadora Patrícia participou ativamente, entre 2005 e 2006, das mobilizações e dos debates em torno do Fundeb – fundo que cria instrumentos para o financiamento de toda a Educação Básica. Na opinião de Patrícia Saboya, o Fundeb representa um significativo avanço, mas a PEC enviada ao Congresso pelo governo federal apresentava várias e graves limitações, que precisavam ser corrigidas. "Lutamos pela inclusão de mecanismos de financiamento para a Educação Infantil de zero a três anos. Dos 11,5 milhões de

crianças nessa faixa etária, apenas 13% freqüentam creches. Isso é um absurdo. O acesso a essas instituições é um direito da criança e da família e um dever do Estado", afirma Patrícia.

Em parceria com os movimentos sociais ligados à educação e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, Patrícia Saboya e vários integrantes da Frente Parlamentar conseguiram incluir as creches na PEC, que foi aprovada na Câmara em janeiro de 2006 e no Senado, em julho do mesmo ano. Como houve modificações na tramitação no Senado, o projeto teve que retornar à Câmara, onde foi aprovado novamente. Nas discussões no Senado, Patrícia Saboya garantiu que recursos do PIS/Pasep possam ser utilizados na Educação Infantil, derrotando inclusive posição da liderança do governo.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação/Divulgação



Crianças, mães e parlamentares se concentram na rampa do Congresso por mais recursos para a educação infantil

"A aprovação do Fundeb significa um novo momento da educação brasileira, sobretudo por causa da inclusão das crianças de até três anos. Trata-se de uma vitória da sociedade civil e da Frente Parlamentar", ressaltou a senadora. "De todas as conquistas que obtivemos, destacaria esta. Meninos e meninas dessa faixa etária precisam receber todos os estímulos e incentivos necessários para que possam se desenvolver plenamente", disse. A expectativa é que o Fundeb amplie de 31 para 48 milhões o número de estudantes atendidos pela educação básica, aumente os recursos para financiar todas as etapas do ensino básico e a participação da União no fundo, além de melhorar a distribuição do dinheiro entre os entes federativos.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação/Divulgação



"Carrinhata" levou o protesto de bebês e crianças para dentro do Parlamento

TRABALHO INFANTIL

A senadora Patrícia também continuou firme na luta contra a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes participando, dentro e fora do Congresso Nacional, dos debates em busca de soluções para fortalecer o combate ao problema. "Por se tratar de uma questão complexa, o combate a todas as formas de trabalho infantil não é uma missão simples. Um dos principais pontos a serem considerados é a necessidade de que projetos governamentais como o PETI contemplem iniciativas capazes de gerar emprego e renda para toda a família. É igualmente imprescindível concentrar mais esforços em ações como a jornada ampliada, que assegura a permanência das crianças em atividades durante os dois turnos", destacou Patrícia em discurso feito durante sessão especial do Senado para discutir a questão, realizada em junho de 2005.

Para a senadora, o País vive um momento estratégico nessa cruzada em que é fundamental discutir a possibilidade de redesenhar o PETI. "Sabemos que aumenta, a cada dia, o número de meninos e meninas envolvidos nas chamadas atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e a exploração sexual. E, lamentavelmente, ainda não conseguimos encontrar alternativas capazes de livrar milhares de crianças desses mercados tão perversos", afirma. Ela acredita que está na hora de oferecer a essas crianças chances concretas de se inserirem nesse mundo tão globalizado de hoje. "Por que, então, não criar, nas periferias das nossas cidades, verdadeiros centros de cultura, de lazer e de conhecimento – espaços onde essa garotada tenha oportunidades de fazer cursos de línguas, dança, moda, artes, computação, teatro, dentre tantos outros?", sugere a senadora.

Lamentavelmente, em 2006, o Brasil teve uma má notícia. De acordo com a PNAD, em 2005 o trabalho infantil voltou a crescer no

País depois de 13 anos em ritmo de redução. De 2004 para 2005, cerca de 202 mil crianças de 5 a 14 anos passaram a trabalhar no País, ocasionando um aumento de 10,3% do indicador nessa faixa etária.

Para os especialistas, esse fenômeno pode atrapalhar a meta de erradicar as piores formas de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes, com a qual o Brasil se comprometeu ao ratificar, no ano 2000, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT. Vale lembrar que o Brasil se tornou referência mundial no combate ao trabalho infantil justamente por estar conseguindo, desde 1992, reduzir os índices de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes em decorrência da intensa mobilização da sociedade civil e também por conta da adoção de estratégias acertadas, como o PETI e outros programas de transferência de renda.

Pelos dados da PNAD, o aumento de 10,3% no número de crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade foi influenciado principalmente pela crise no setor agrícola. Isso porque mais famílias precisaram recorrer à mão-de-obra de seus filhos para ajudá-las a aumentar a produção no campo.

Na avaliação da senadora, na luta contra o trabalho infantil é fundamental, além de conceder benefícios para as famílias dessas crianças, que o Brasil invista mais em educação. "O grande salto que precisa ser dado hoje no País diz respeito à qualidade do ensino. As escolas devem oferecer a todas as crianças os instrumentos necessários para que elas possam exercer melhor a cidadania e contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Melhorar a qualidade da educação brasileira é uma tarefa que não pode mais ser adiada", acredita.

Trabalho infantil doméstico

O combate ao trabalho infantil doméstico, uma prática histórica e culturalmente aceita no nosso País, foi outra frente de ação da

senadora Patrícia nesses quatro anos. "Não é raro encontrarmos pessoas dos mais diferentes segmentos sociais que defendem – de boa-fé, muitas vezes – o envolvimento de crianças em tarefas domésticas nas casas de terceiros como uma maneira de livrá-las da situação de pobreza em que vivem", avalia Patrícia.

De acordo com dados do IBGE, existem quase 500 mil crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhando em casa de terceiros. Nesse universo, 45% são menores de 16 anos – ou seja, estão abaixo da idade mínima permitida por lei para admissão no emprego. O trabalho infantil doméstico tem ainda uma forte conotação de gênero e de raça: nada menos do que 93% dessas crianças são do sexo feminino e 61% são afrodescendentes.

Na opinião da senadora, o Legislativo pode e deve assumir um papel protagônico na discussão de soluções para enfrentar o problema. "O caminho para a erradicação dessa forma de trabalho infantil passa por políticas sociais capazes de investir no fortalecimento das condições de vida de toda a família", defende. "No entanto, o combate ao trabalho infantil doméstico não se faz apenas com a implementação de ações governamentais. Para transformar a realidade desses meninos e meninas, é imprescindível haver uma mudança de mentalidade. Portanto, a participação ativa da população nesse processo é fundamental. A sociedade precisa se convencer, de uma vez por todas, de que lugar de criança é na escola", complementa.

REDE DE PARLAMENTARES PELA INFÂNCIA

A partir de 2005, a senadora Patrícia, na qualidade de coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, intensificou o trabalho no sentido de incentivar a criação

de grupos semelhantes nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas de todo o País. Nessa área, uma das conquistas foi a criação da Rede Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que reúne legisladores federais, estaduais e municipais.

O ponto de partida dessa iniciativa foi o dia 25 de outubro de 2005, quando senadores, deputados federais, estaduais e vereadores se reuniram, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir as principais questões que dizem respeito à população infanto-juvenil no I Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional. No final do evento, deputados estaduais e vereadores de todas as regiões do Brasil aderiram ao Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, lançado durante a Semana do 18 de maio do mesmo ano, em Fortaleza.

"Com o Pacto, nós, parlamentares do Congresso, das Assembléias e das Câmaras Municipais, nos comprometemos a adotar uma série de medidas em prol das novas gerações. Agora, com a formação da Rede, tenho certeza de que os preceitos estabelecidos ali ganharão mais força no cotidiano do Parlamento em suas três instâncias", ressaltou a senadora Patrícia Saboya naquela ocasião.

Na visão da senadora, a criação dessa Rede Nacional é o início de uma nova forma de atuação dos parlamentares na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. "A batalha por melhores condições de vida para nossos meninos e meninas não deve se restringir ao âmbito federal. A idéia é que, a partir de agora, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores possam atuar em estreita sintonia, sobretudo no que diz respeito a algumas questões fundamentais. Uma delas é o Orçamento Criança", diz.

Um dos principais objetivos do I Encontro foi proporcionar a troca de experiências entre os legisladores federais, estaduais e

municipais e fomentar a criação de Frentes Parlamentares da Infância e da Adolescência nas Assembléias e Câmaras Municipais.

Consolidando a Rede

Em 2006, os esforços para fortalecer essa Rede continuaram. Em fevereiro, a senadora Patrícia lançou, em Fortaleza, a publicação *Infância e Parlamento – Guia para formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*. Destinada a vereadores, deputados estaduais, assessores e representantes da sociedade civil, o livro, escrito em linguagem simples e didática, apresenta dicas para a criação e a atuação desses grupos, informações sobre a situação da infância no Brasil e legislação referente à área (*leia mais sobre essa ação no capítulo Atenção ao Ceará*).

Uma importante estratégia que começou a ser desenvolvida a partir de abril de 2006, com o apoio da ONG Save the Children Suécia, foi a produção e a veiculação de um boletim eletrônico semanal, cujo objetivo é propiciar a circulação sistemática de informações e idéias entre os parlamentares do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, fortalecendo, assim, a atuação em rede.

Também em parceria com a Save the Children Suécia, a Frente Parlamentar produziu e lançou, em Brasília, em abril de 2006, a publicação *Manual para a Formação e a Ação de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, para incentivar a criação de grupos semelhantes nos estados e nos municípios. Em dezembro de 2006, a Frente e a Save lançaram, em Brasília, o livro *Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Uma Experiência Brasileira*. A publicação é a primeira tentativa de sistematizar a trajetória da Frente Parlamentar do Congresso desde o seu lançamento até os dias de hoje. A idéia é disseminar a experiência desse coletivo para estados e municípios brasileiros e também em outros países

da América Latina. A produção da publicação se baseou, sobretudo, nos relatos dos atores que participaram e participam dessa experiência.

ORÇAMENTO CRIANÇA

Lutar por mais recursos para os programas voltados às crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da senadora Patrícia no Congresso desde o início de seu mandato. Assim, no final de 2003, durante as discussões para o Orçamento de 2004, Patrícia Saboya apresentou, em nome da Frente Parlamentar, duas emendas destinando maior volume de recursos para programas na área da infância e da ado-

Agência Senado



Patrícia Saboya se articula com importantes lideranças para garantir às crianças maior fatia do Orçamento

lescência. As propostas foram apreciadas pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

A emenda defendida pela senadora junto à CCJ previa um montante total de R\$ 10 milhões para as instituições responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei. A verba alocada originalmente no Orçamento era de apenas R\$ 2,39 milhões. A CCJ também aprovou emenda sugerida pelo senador Demóstenes Torres (PFL-GO) estabelecendo a quantia de R\$ 60 milhões para apoiar a construção, a reforma e a ampliação de centros de reabilitação para os adolescentes que cometem infrações. Na CAS, a senadora apresentou emenda destinando um valor de R\$ 60 milhões às ações de Apoio a Projetos de Prevenção do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O montante inicialmente alocado no Orçamento para essa iniciativa era de apenas R\$ 180 mil.

Em 2004, nos debates para o Orçamento de 2005, mais uma vez a senadora teve participação ativa na defesa dos direitos de meninos e meninas. Ela apresentou, junto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), emenda no valor de R\$ 52 milhões e 650 mil para ampliar a atuação do Programa Sentinela, que presta assistência psicossocial às vítimas de exploração sexual e contava com um Orçamento de cerca de R\$ 27 milhões para aquele ano.

Discurso em plenário

Em 2005, Patrícia denunciou, em um contundente pronunciamento na tribuna do Senado, a falta de investimentos na área da infância e da adolescência. Nos nove primeiros meses daquele ano, o governo federal havia investido menos de R\$ 1 por dia, em média, em cada criança e adolescente brasileiro. O valor teve por base cálculo feito pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) que concluiu que, de janeiro a setembro de 2005, tinham sido gastos apenas R\$ 260,36 por cada um dos quase 60 milhões de brasileiros entre zero e 17 anos. Isso

daria R\$ 28,9 por mês *per capita*. O Inesc chegou a esse valor partindo da análise dos dados da execução orçamentária para a criança e o adolescente no período, que foi de R\$ 15,2 bilhões, levando em conta ações que atendem, direta ou indiretamente, a esse público nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos.

"Esse valor me assusta, me entristece, me revolta", afirmou a senadora no pronunciamento. "Também nos nove primeiros meses do ano, o Brasil ultrapassou a meta de superávit primário para 2005, que era de 4,25% do PIB, chegando a 6,1%. Para que ser mais realista que o rei? Por que deixar de investir em educação, saúde e saneamento, se dispomos dos recursos?", questionou Patrícia. No entender da senadora, é necessário que as dotações orçamentárias voltadas para essa faixa etária, que vêm sendo reduzidas ano a ano, sejam recuperadas. De acordo com dados do Inesc, o valor total do Orçamento Criança para 2005 era de cerca de R\$ 28 bilhões, o que representava apenas 1,75% do Orçamento Geral da União para o exercício de 2005.

Na tentativa de recompor perdas relativas a programas considerados fundamentais para a área da infância e da adolescência, a Frente Parlamentar, em estreita parceria com a sociedade civil, apresentou diversas emendas ao Orçamento da União para 2006. Os parlamentares conseguiram a aprovação de oito emendas nas comissões permanentes do Senado e da Câmara. As propostas somaram cerca de R\$ 3 bilhões.

No Senado, a Frente Parlamentar garantiu emendas da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Desse total, o maior valor foi o da proposta que prevê cerca de R\$ 1,2 bilhão para o financiamento da Educação Infantil, apresentada pela senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação. Na defesa da emenda, Patrícia lembrou a imensa dívida que o Brasil tem com as crianças de zero a seis anos, ressaltando que a situação é

ainda mais grave para os meninos e meninas de zero a três. As outras três emendas aprovadas no Senado asseguram recursos para o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (R\$ 166 milhões), para projetos de apoio à construção, à reforma e à ampliação de unidades de internação de adolescentes infratores (R\$ 140 milhões) e para a Rede de Proteção Social Básica (R\$ 250 milhões).

Articulação na Câmara

Na Câmara, as emendas ao Orçamento 2006 somaram mais de R\$ 1,2 bilhão. Na Comissão de Legislação Participativa, foram aprovadas duas propostas. Uma, no valor de R\$ 20 milhões, destinada à proteção social de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Outra, de R\$ 1 bilhão, para o atendimento educacional de crianças de até seis anos. Já a Comissão de Direitos Humanos destinou R\$ 15 milhões para o atendimento a crianças e adolescentes sob medidas de proteção, em especial as que vivem em abrigos. A Comissão de Turismo e Desporto, por sua vez, aprovou R\$ 185 milhões para o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.

Apesar da luta da Frente Parlamentar por mais recursos para as ações voltadas às crianças e aos adolescentes e da aprovação das emendas nas comissões da Câmara e do Senado, o que se constatou nesses últimos quatro anos foi que, de modo geral, os valores sugeridos pela Frente não chegaram a ser acatados pelo Orçamento da União. Mas, em pelo menos uma área, essa batalha rendeu bons resultados. Segundo reportagem veiculada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) em setembro de 2006, o programa do governo federal, Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, teve um incremento orçamentário de 518% entre 2003 e 2006. O aumento é consequência da consolidação do Sentinela, ação que presta assistência psicossocial às meninas e aos meninos vitimados pela violência sexual. O número de jovens beneficiados passou de 18 mil, em

2002, para 97 mil – um crescimento de 438%. No entanto, apesar dos avanços, especialistas dizem que o aumento está longe de ser suficiente para abranger toda a amplitude do problema.

O Orçamento para o combate à exploração ao abuso sexual, de acordo com dados fornecidos à ANDI pelo INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), passou de R\$ 9 milhões, em 2003, para R\$ 55,7 milhões, em 2006. O número de municípios atendidos pulou de 314, em agosto de 2005, para 1.104 em 2006.

Olhar para mulheres e crianças

Na discussão do Orçamento para 2007, Patrícia Saboya conseguiu a aprovação de duas emendas que beneficiam diretamente mulheres e crianças. Em novembro de 2006, a Comissão de Educação (CE) aprovou emenda apresentada por Patrícia no valor de R\$ 1 bilhão para apoiar a construção e o equipamento de novas creches em três mil municípios de todo o País que não dispõem de recursos próprios suficientes para investir na ampliação da rede pública de Educação Infantil para o atendimento das crianças de até três anos de idade. Já na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora articulou a aprovação de emendas que somavam cerca de R\$ 100 milhões com o objetivo de apoiar projetos de capacitação de mulheres visando à geração de trabalho e renda. As propostas seguiram depois para análise na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Na defesa da emenda para a Educação Infantil, Patrícia Saboya argumentou que, mesmo com o Fundeb vigorando a partir de 2007, o dinheiro do Fundo será distribuído conforme o número de matrículas já existentes em cada município. O problema, afirmou, é que hoje apenas 13% das crianças de até três anos de idade (cerca de 1,4 milhão de meninos e meninas) têm acesso às creches e é somente esse universo que será contemplado pelo Fundeb. De acordo com Plano Nacional de Educação (PNE), a meta para a Educação Infantil no que se refere às

creches é a de se alcançar um atendimento de 30% das crianças de até três anos até 2006. "Ou seja: teríamos que fechar 2006 beneficiando 3,5 milhões de meninos e meninas, o que não conseguimos", disse. Ainda conforme o PNE, para 2011, a meta é chegar aos 50% de atendimento.

Patrícia explicou que, para expandir essa rede, é preciso construir e equipar novas creches. "Os recursos dos impostos próprios das cidades mais pobres não são expressivos diante dessa demanda. Por isso, é fundamental que a União ajude esses municípios a ampliar sua rede de creches para que, no segundo ano de vigência do Fundeb, já possam receber mais verbas do fundo na medida em que terão aumentado o número de matrículas", ressaltou. Com os recursos desta emenda, poderão ser atendidos três mil municípios com duas novas creches cada um, gerando, em 2008, cerca de 600 mil novas vagas. "Isso significa que 600 mil crianças de famílias de baixa renda terão acesso à educação e aos cuidados desde os primeiros meses de vida, em instituições especializadas", sustentou Patrícia.

Capacitação de adolescentes

Na CAS, Patrícia Saboya conseguiu a aprovação, entre mais de 100 emendas, de proposta que vai beneficiar mulheres em situação de vulnerabilidade com projetos de capacitação para geração de emprego e renda. Vice-presidente da comissão, a senadora explicou que havia conversado com integrantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sobre a alocação desses recursos e, em acordo com os senadores que tinham apresentados sugestões nesse sentido, apresentou a emenda com o objetivo de fortalecer a autonomia econômica dessas mulheres.

Outra preocupação de Patrícia foi aproveitar os recursos para também beneficiar, com programas de inclusão e capacitação, as meninas que sofreram abusos e exploração sexual.

QUESTÕES DE GÊNERO

Primeira mulher cearense eleita para o Senado, Patrícia Saboya também tem se dedicado cotidianamente à defesa dos direitos femininos, marcando presença em diversos eventos para discutir essas questões. Em novembro de 2006, Patrícia participou de dois importantes debates nessa área: o seminário *O Poder da Mulher e a Mulher no Poder*, organizado pela revista *Marie Claire*, da Editora Globo, em São Paulo, e o encontro *Violência contra a Mulher*, promovido pelo jornal *O Dia*, no Rio de Janeiro.

No evento da revista *Marie Claire*, ao lado da geneticista Mayana Zatz, da socióloga Maria Lúcia Miranda e da diretora do Centro Cultural da Juventude da Prefeitura de São Paulo e fundadora da ONG

Daniela Conti/Jornal O Dia



Senadora fala em jornal do Rio de Janeiro sobre violência contra mulheres e crianças

Sou da Paz, Luciana Guimarães, Patrícia Saboya discutiu questões como a participação das mulheres na vida política do Brasil e do mundo, as dificuldades que elas têm para ingressar nesse meio e as diferenças entre mulheres e homens na forma de lidar com o poder.

Em suas intervenções, a senadora Patrícia disse acreditar que a mulher, no exercício da política, de modo geral, tem mais jogo de cintura, sensibilidade e habilidade para a negociação. Ela lamentou que a presença feminina no Poder Legislativo ainda seja minoritária em todo o planeta e citou dados da União Interparlamentar que mostram que a média mundial de participação da mulher no Parlamento gira em torno de 15%. O quadro é melhor nos países nórdicos, como a Suécia, onde esse índice é de cerca de 40%. Patrícia Saboya chamou atenção também para o fato de que, no Brasil, segundo pesquisa do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), de cada 100 cargos de chefia nas empresas, apenas 17 são preenchidos por mulheres. E disse que uma de suas principais lutas na política é para que os homens se engajem mais na defesa das questões sociais, como os direitos de crianças e adolescentes, temas que normalmente são abraçados pelas mulheres.

No Rio de Janeiro, no debate promovido pelo Instituto Ary Carvalho, braço social do jornal *O Dia*, Patrícia fez uma emocionada exposição sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. A discussão foi coordenada por Magda Almeida, diretora do Instituto, e pelo Coordenador Geral do Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), o sexólogo Marcos Ribeiro. O evento contou também com a presença da feminista e escritora Rose Marie Muraro, da presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Ana Maria Rattes, e do Coordenador da Rede Jovem Brasil, Fábio ACM.



Parlamentares recebem visita da então diretora do Unicef no mundo, Carol Bellamy, e da representante da organização no Brasil, Marie-Pierre Poirier

Acões internacionais

A atuação da senadora em prol das crianças e dos adolescentes brasileiros repercutiu em outros países, onde ela falou sobre a batalha pelo cumprimento dos direitos desse segmento da população

O trabalho de Patrícia Saboya na defesa dos direitos de meninos e meninas rompeu as fronteiras do Brasil e teve repercussão internacional. Nos quatro primeiros anos de seu mandato como senadora, Patrícia foi convidada por organismos internacionais, ONGs e representantes do Poder Legislativo de outros países para fazer palestras sobre a situação da infância e da adolescência no Brasil e participar de eventos mundiais sobre essa temática. Além disso, a imprensa internacional costuma procurar a senadora para a realização de reportagens e entrevistas acerca das questões que afetam o cotidiano desse segmento da população.

Em 2004, por exemplo, a senadora foi convidada pelo Unicef para falar sobre os resultados da CPMI da Exploração Sexual de crianças e adolescentes e a respeito da experiência da Frente Parlamentar em três países da Europa: Espanha, Itália e França. Na viagem oficial, realizada em setembro daquele ano, a senadora manteve audiências e reuniões de trabalho com representantes do Unicef, entidades e autoridades públicas envolvidas na causa da infância.

Em Madri, Patrícia Saboya reuniu-se com o coordenador-geral da ONG Save the Children na Espanha, Alberto Soteres. A senadora também visitou o Comitê do Unicef na Espanha e teve audiência na defensoria da infância da comunidade de Madri.

Na Itália, Patrícia visitou o Centro de Estudos Innocenti do Unicef, localizado em Florença. O Innocenti é um dos mais conceituados centros de pesquisa do mundo na área da infância e adolescência. A senadora participou também de reuniões na secretaria de assuntos sociais e na vice-presidência da Toscana, além de ter se encontrado com parlamentares daquela região da Itália. Nesses encontros, as autoridades italianas fizeram uma exposição sobre os programas sociais voltados para a população infanto-juvenil. Patrícia, por sua vez, apresentou os resultados da CPMI da Exploração Sexual e falou sobre os trabalhos da Frente Parlamentar.

Em Paris, a senadora se reuniu com o presidente do Comitê Francês do Unicef, Jacques Hintzy. "Nos três países, houve um grande interesse das autoridades, das ONGs e do Unicef pela experiência da Frente Parlamentar. Isso porque a Frente é um raro exemplo de movimento suprapartidário, com forte atuação no Legislativo Federal e pauta voltada especificamente para a infância e a adolescência", relata.

Conferência em Roma

Em outubro de 2004, a senadora cumpriu outra importante missão internacional. A convite do Congresso italiano, ela participou como oradora, representando o Brasil, da 1ª Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares, realizada em Roma. Patrícia fez uma exposição sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. O evento reuniu, durante dois dias, cerca de 200 parlamentares mulheres de mais de 100 países, que discutiram as principais questões relacionadas com

o universo infanto-juvenil. A Conferência terminou com a assinatura de um documento criando uma rede internacional de mulheres parlamentares em defesa da infância e da adolescência. A idéia é que essa rede faça, a partir dos esforços de senadoras e deputadas de todo o mundo, um incansável monitoramento do cumprimento dos preceitos da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, assinada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990.

Durante a Conferência, Patrícia Saboya foi indicada para compor o Comitê de Coordenação dessa recém-criada rede internacional de deputadas e senadoras em defesa dos direitos de meninos e meninas, ficando responsável pelas ações no Continente Latino-Americano. O comitê é formado por sete parlamentares e a senadora Patrícia é a única representante brasileira.

Torrini Fotojornalismo



Em visita de trabalho à Itália, Patrícia Saboya se reúne com o vice-presidente da região da Toscana, Angelo Passaleva

Reunião em Genebra

Em julho de 2005, a senadora Patrícia representou o Brasil na primeira reunião de trabalho do Comitê Mundial de Mulheres Parlamentares para a Proteção das Crianças e Adolescentes, realizada em Genebra, Suíça. No encontro, o Comitê discutiu a criação de mecanismos para facilitar a comunicação entre as parlamentares que se ocupam da causa da infância e da adolescência em todo o planeta.

Coordenadora das ações na América Latina e no Caribe, a senadora Patrícia levou ao comitê a proposta de realização de encontros regionais de parlamentares pela infância. Ela informou às integrantes do colegiado que a ONG Save the Children Suécia e o Unicef estão interessados em promover uma conferência sobre direitos de crianças e adolescentes reunindo parlamentares de toda a América Latina. Patrícia Saboya também relatou ao comitê a experiência da Frente Parlamentar brasileira, que já tem mais de 13 anos de existência, e falou sobre os esforços para estimular a criação de grupos semelhantes nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o País.

Treinamento de assessores

Com o intuito de fortalecer a pauta da infância no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar, a ONG Save the Children Suécia e a ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes) realizaram, no final de novembro de 2004, uma oficina de trabalho sobre os direitos desse segmento da população. O objetivo do curso, que reuniu 45 pessoas, era capacitar os assessores parlamentares da Câmara e do Senado para trabalhar com os temas que dizem respeito à criança e ao adolescente. "É fundamental termos, nos quadros do Parlamento, pessoas comprometidas e capacitadas para lidar de forma ágil com as demandas relativas aos direitos da população infanto-juvenil", destaca Patrícia Saboya.

Nos dois dias de trabalho, os participantes tiveram oportu-

tunidade de aprofundar o conhecimento a respeito dos preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outros temas ligados aos direitos humanos.

Ainda dentro da programação da oficina, no dia 1º de dezembro, a Frente Parlamentar, a Save the Children e a ANCED promoveram, no Senado, uma reunião para ouvir dois integrantes do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas: o argentino Norberto Liwski e a paraguaia Rosa Maria Ortiz. Eles falaram sobre as recomendações dadas pela ONU depois que o governo brasileiro apresentou o primeiro relatório do País sobre a situação da infância, em setembro de 2004.

Segundo os especialistas, embora o País tenha obtido progressos significativos na luta pela melhoria das condições sociais de crianças e adolescentes, ainda há muito que avançar em campos como o da Educação e da Justiça, além de problemas como a violência contra meninos e meninas, a falta de recursos financeiros e a carência de informações sobre a situação da infância.

O Estado brasileiro deveria ter feito um relatório sobre a implementação dos direitos infanto-juvenis em 1992 e, em seguida, a cada cinco anos. Mas o Brasil deixou de cumprir essa obrigação por mais de uma década. Em novembro de 2003, o governo Lula encaminhou ao Comitê o primeiro informe, que traça um panorama da situação da infância no Brasil entre 1991 e 2002. Organizações da sociedade civil também produziram seus relatórios. Em junho de 2004, a ANCED e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) apresentaram ao Comitê da Infância uma análise sobre a aplicação da Convenção.

Entre as recomendações dadas pelo Comitê da ONU e apresentadas no Senado pelos especialistas, está a de que o Brasil "considere

matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer os perpetradores para a justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados". De acordo com dados da Unesco, o Brasil ocupa o 4º lugar em homicídios entre 67 pesquisados pela instituição. A taxa de assassinatos na faixa etária entre zero e 17 anos subiu de 3,9 por 100 mil habitantes em 1990 para 7,1 em 2002. E, na população de 15 a 17, esse índice variou de 11,9 a 36,2. Quando se analisa a questão a partir da raça, os dados são ainda mais graves. Em média, a taxa de homicídios de negros é 65% superior a de brancos.

O Comitê observa também que "dramáticas desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica" dificultam o progresso para a realização plena dos direitos consagrados na Convenção. Recomenda que o Brasil aumente a alocação orçamentária para assegurar a implementação dos direitos das crianças; inclua no próximo relatório informações sobre o número de casos de tortura ou tratamento desumano ou degradante de crianças e o número de autores desses atos sentenciados pelos tribunais; fortaleça o monitoramento do sistema de adoção de crianças; investigue os casos de exploração sexual e implemente as regras sobre a Justiça Juvenil, incluindo as medidas sócio-educativas em todo o País, entre outras sugestões.

Para a senadora Patrícia Saboya, "a disseminação dessas observações feitas pelo Comitê é de fundamental importância para fortalecer a luta diária em defesa dos direitos de crianças e adolescentes". Ela ressaltou que as recomendações "ajudam o Parlamento e a sociedade civil a aprimorar as políticas públicas, potencializando a batalha por mais recursos no Orçamento e melhorando os mecanismos de fiscalização e controle das diversas estratégias – governamentais e não-governamentais – em prol da infância e da adolescência no Brasil".

ACORDOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS

No dia-a-dia do trabalho legislativo, a senadora Patrícia Saboya procurou, nesses quatro primeiros anos de seu mandato, também se dedicar, com especial atenção, às matérias que dizem respeito à criança e ao adolescente. Além dos projetos de lei que apresentou para beneficiar a população infanto-juvenil, ela foi relatora de importantes matérias nessa área (*leia mais sobre esse tema no capítulo Atuação Parlamentar*). A senadora foi relatora, por exemplo, de quatro importantes protocolos das Nações Unidas referentes à defesa dos direitos da infância, da adolescência, das mulheres e dos migrantes. Em maio de 2003, os documentos foram apreciados pelo plenário do Senado Federal – o único passo que faltava para o Brasil ratificar tais documentos.

Dois dos protocolos referem-se especificamente às crianças e aos adolescentes. Um deles trata da exploração sexual comercial de meninos e meninas e o outro estabelece normas rígidas sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. Autora dos pareceres favoráveis à adesão do Brasil aos protocolos das Nações Unidas, a senadora Patrícia sustentou que “a exploração infantil, em suas diferentes formas, é conduta inaceitável, cabendo à comunidade internacional cooperar no sentido de condenar e coibir práticas como o recrutamento forçado de menores de 18 anos e os abusos relacionados à venda de crianças, à pornografia infantil e delitos afins”. Segundo ela, o Brasil não pode e não deve se furtar em mostrar-se atuante nos sistemas jurídicos interno e internacional no combate a todo e qualquer tipo de violação aos direitos da infância.

Assinados na Assembléia Geral da ONU, realizada em 2000 na cidade de Nova Iorque, os dois textos que dizem respeito à infância e à adolescência complementam a Convenção sobre os Direitos da

Criança, aprovada em 1989 e considerada hoje o documento de direitos humanos mais aceito da História.

Segundo o protocolo que trata da exploração sexual, "os Estados-Membros proibirão a venda de crianças, a prostituição e a pornografia infantis". O documento considera como venda "qualquer ato ou transação na qual a criança é transferida de uma pessoa ou de um grupo a outro, por remuneração ou por qualquer outro tipo de recompensa". Ainda conforme o protocolo, "prostituição infantil significa o uso de uma criança em atividades sexuais por remuneração ou por qualquer outro tipo de recompensa e pornografia infantil significa exibição, por quaisquer meios, de uma criança envolvida em atos sexuais explícitos, reais ou simulados, ou qualquer exposição da genitália da criança com intenção libidinosa".

Já o protocolo sobre envolvimento de crianças em guerra estabelece que "os Estados-Membros devem adotar medidas para garantir que os integrantes de suas forças armadas abaixo dos 18 anos não tenham participação direta em estados de guerra". O artigo 2º diz que "os Estados-Membros devem assegurar que aqueles cidadãos abaixo de 18 anos não sejam recrutados compulsoriamente pelas suas forças armadas".

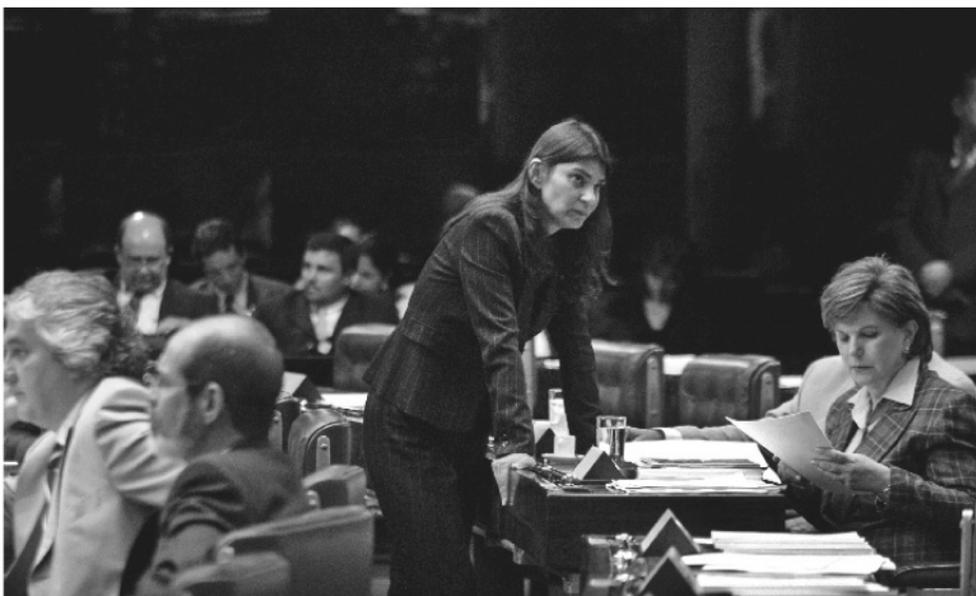
Mulheres e migrantes

Os outros dois documentos complementam o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado, assinado em Palermo, na Itália, no ano de 2000. O primeiro deles tem o objetivo de garantir a implementação de medidas de prevenção e de combate às organizações criminosas responsáveis pelo tráfico de migrantes, cuja mão-de-obra é explorada por grandes redes mafiosas. "Trata-se do reconhecimento de que esse tipo de delito só pode ser prevenido

e combatido por meio da cooperação internacional, combinada com ações socioeconômicas de alcance nacional, regional e internacional", defendeu a senadora em seu parecer.

O segundo ato adicional reflete a preocupação da comunidade mundial com o tráfico internacional de mulheres e crianças, utilizadas na prostituição e em outras formas de abuso dos direitos fundamentais. "Sabe-se que, na atualidade, o tráfico de mulheres e crianças representa uma das atividades mais lucrativas das organizações criminosas transnacionais, ao lado do narcotráfico, do tráfico de armas e da pirataria", destacou Patrícia Saboya em seu parecer.

Orlando Brito



Senadora Patrícia tem se destacado como uma boa articuladora política nas discussões travadas no Congresso

Atuação legislativa

Na primeira metade de seu mandato, Patrícia Saboya teve participação ativa e diversificada no Congresso Nacional, apresentando propostas em várias áreas

PROJETOS APRESENTADOS E PROJETOS APROVADOS

Ao longo desses quatro primeiros anos de mandato, a senadora Patrícia Saboya apresentou mais de 20 projetos ao Senado Federal, além de ter sido relatora de outros 138. Boa parte das propostas de sua autoria é voltada para a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes, tema central de seu projeto político. Seja ampliando as chances e a abrangência da punição de pessoas envolvidas com a exploração sexual de meninas e meninos, destinando os recursos recuperados da corrupção a um fundo voltado a esse mesmo público infantil, ou até facilitando os procedimentos de confirmação de paternidade, os projetos visam, de alguma forma, dar um futuro melhor e de maiores oportunidades às crianças e adolescentes do nosso País.

A senadora se preocupou também em garantir cidadania a grupos que formam minorias sociais, como os deficientes físicos, que ganharam mais tempo para retirar os proventos de seu seguro-desem-

prego. E, como acredita que a cultura é fundamental na formação dos brasileiros e também serve de alimento para a alma, Patrícia apresentou um projeto que democratiza o incentivo aos projetos nessa área. A seguir apresentamos uma síntese das principais propostas.

INFÂNCIA

Licença-maternidade de seis meses

No primeiro semestre de 2005, a senadora Patrícia apresentou o projeto de lei que se tornaria um verdadeiro símbolo do seu mandato: a proposta que aumenta de quatro para seis meses o período de licença-maternidade para as trabalhadoras das empresas privadas que se dispuserem a conceder a licença estendida em troca de benefícios fiscais. O projeto deu origem a uma campanha nacional em favor da aprovação de leis municipais possibilitando que as servidoras das administrações das cidades brasileiras também pudessem ficar com seus filhos durante esse importante período da vida da criança (*mais detalhes no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência*).

Maior convívio antes da adoção

Já está em uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados o projeto (PLS 314/2004) de Patrícia Saboya, que aumenta para 30 dias o período mínimo de convivência entre estrangeiros e as crianças brasileiras com menos de dois anos de idade, aptas para adoção. A proposta seguiu para a Câmara depois de ter sido aprovada no Senado. A deputada Teté Bezerra (PMDB-MT) apresentou parecer pela aprovação do projeto, que aguarda votação.

Atualmente, o prazo mínimo de 30 dias de convívio é uma exigência apenas nos processos de adoção por estrangeiros de crianças

de dois anos em diante. Para os bebês mais novos, esse período de convivência é de apenas 15 dias, o que, na opinião da senadora Patrícia, não é suficiente para que se tenha segurança de que a criança estará realmente em boas mãos. Com maior prazo, as autoridades brasileiras terão mais tempo para observar de perto a convivência entre o candidato a pai ou mãe e o bebê.

Índice Apgar

Ainda em 2003, a senadora apresentou proposta que determina que as maternidades e os hospitais do SUS registrem o Índice Apgar no prontuário do recém-nascido e no Cartão da Criança. O índice, criado pela anestesista inglesa Virgínia Apgar na década de 1950, ser-

José Cruz/Agência Senado



**Patrícia Saboya preside reunião
da Comissão de Assuntos Sociais**

ve para avaliar as condições de vitalidade do recém-nascido, indicando eventuais problemas de ordem neuropsico-motora. Atualmente, o registro desse teste no Cartão da Criança não é obrigatório, o que dificulta o acompanhamento de sua saúde pelos pediatras. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais da Câmara, aguardando parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A instituição da ação penal pública para crimes de exploração sexual contra adolescentes foi outro projeto apresentado por Patrícia Saboya ainda em 2003, modificando o artigo 225 do Código Penal. Atualmente, o Poder Judiciário tem esbarrado na legislação penal para cumprir o preceito constitucional que determina punição severa para o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. E um dos maiores entraves é justamente o artigo 225, segundo o qual, nos crimes contra os costumes, a regra para que se tomem as providências cabíveis de punição é que seja aberta uma ação penal privada. Ou seja: é preciso que algum familiar da criança dê queixa sobre a violência cometida para que o delito seja investigado. Diante do silêncio que normalmente cerca os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, seria de fundamental importância que a ação pudesse ser pública no caso de vítima menor de 18 anos, para que ela se dê sem constrangimentos.

Recursos recuperados para as crianças

Além desses projetos, a senadora Patrícia apresentou em 2005 iniciativa determinando que recursos financeiros desviados do Erário por ações de corrupção, que tenham sido recuperados pelo Poder Público, possam ser destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Na justificativa do projeto, a senadora argumenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a política de atendimento dos direitos das futuras gerações se fará por meio de um con-

junto articulado de ações governamentais e não-governamentais, autorizando, portanto, a utilização dessas verbas. Além disso, como os valores destinados às crianças são escassos – em 2005 corresponderam a apenas 1,75% do total do Orçamento Geral da União –, o aproveitamento do dinheiro desviado serviria como uma compensação para essa deficiência. Em dezembro de 2006, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao projeto de Patrícia Saboya. O projeto tem ainda que ser analisado pela CCJ do Senado antes de seguir para a apreciação da Câmara dos Deputados.

INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Divulgação de direitos

Dois projetos de Patrícia Saboya visam prover informações para que os cidadãos possam ter acesso mais direto a seus direitos. Um deles determina que órgãos públicos divulguem os direitos fundamentais de mulheres, crianças e adolescentes. A senadora propõe que os contracheques mensais dos servidores públicos federais, as emissoras públicas de rádios e de televisão e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos tragam mensagens explicativas sobre os direitos desses grupos populacionais, que são os mais vulneráveis da sociedade brasileira. O projeto foi aprovado na CCJ e aguarda para ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, onde já tem parecer favorável da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Direitos no Currículo

O outro projeto de caráter informativo da senadora torna obrigatória a inclusão, nos currículos do Ensino Fundamental, de con-

teúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes. A intenção é que os alunos travem contato com seus direitos desde pequenos. A proposta foi aprovada pelo Senado e remetida à Câmara dos Deputados. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) foi designada relatora na Comissão de Educação. Pelo texto aprovado no Senado, a matéria deverá ser transmitida aos alunos pelos professores das disciplinas já existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova disciplina só para tratar desses direitos. A escolha dos conteúdos deve ser feita com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90 – que completou 16 anos no dia 13 de julho de 2006. O projeto estabelece ainda que o Programa Nacional do Livro Didático promova a distribuição gratuita de exemplares do ECA, permitindo que as crianças tenham acesso fácil ao conteúdo de seus próprios direitos.

Célio Azevedo/Agência Senado



No plenário, senadora ajudou a dar visibilidade às questões sociais

Livros didáticos

Um esforço para conter os excessos nas trocas de livros didáticos foi iniciado pela senadora Patrícia Saboya no final de 2006, quando ela apresentou projeto de lei que determina ao Conselho Nacional de Educação a tomada de providências nessa área. De acordo com a senadora, embora não se deva restringir a autonomia dos professores e muito menos a possibilidade de atualização dos conhecimentos, é necessário conter os abusos nas exigências de livros, em grande parte determinada pela indústria do setor, sediada no Sudeste. Esses abusos acabam por minar os orçamentos familiares. Aprovado o projeto de lei, a Câmara de Ensino Básico do Conselho deverá baixar normas que permitam uma seleção criteriosa dos livros a serem utilizados nas escolas, inclusive nas particulares.

CIDADANIA

Mais tempo para o portador de deficiência

Graças ao Projeto de Lei nº 192/2004 da senadora Patrícia Saboya, o portador de deficiência física poderá ter um prazo maior para receber o seu seguro-desemprego. Se a proposta for aprovada pela Câmara, para onde seguiu após análise do Senado, o tempo passará a ser de seis meses, e não de quatro como é para o restante dos trabalhadores.

Em sua justificativa, Patrícia Saboya lembrou que o difícil mercado de trabalho é ainda mais complicado para o trabalhador com alguma deficiência física. Segundo ela, a proposição não causará impacto negativo no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fonte de custeio do Programa do Seguro-Desemprego. Por similaridade, o projeto de Patrícia agora tramita juntamente com um do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Segurança Jurídica

Patrícia Saboya se preocupou também em dar fim a uma confusão jurídica que vem prejudicando as crianças nascidas fora do casamento. Projeto de sua autoria, aprovado pela CCJ do Senado e que tramita na Câmara, determina que a competência para apreciar processos relativos à paternidade é exclusivamente das varas de família e não das varas de registros públicos. Muitas decisões tomadas por juizes das varas de registros vinham sendo contestadas judicialmente, levando à anulação de processos de reconhecimento de paternidade. É que a legislação atual – Lei nº 8.560/92 – não especifica claramente a competência para análise desse tipo de questão.

O projeto foi aprovado no Senado e remetido à Câmara dos Deputados. Seu relator na Comissão de Constituição e Justiça, onde está agora, é o deputado Vicente Arruda (PSDB-CE).

CULTURA

Incentivo

Os pequenos produtores culturais também serão favorecidos se o Senado aprovar o PLS nº 287/2005, também de autoria de Patrícia Saboya. A proposta obriga as fundações culturais beneficiadas pela Lei Rouanet a doar pelo menos 20% do incentivo fiscal que receberem a outros projetos culturais. Atualmente, a Lei Rouanet permite que empresas utilizem até 4% do imposto devido por pessoa jurídica tributada com base no lucro real – mais conhecido como Imposto sobre o Lucro – em projetos culturais desenvolvidos por uma fundação dos mesmos proprietários. É o caso do Espaço Unibanco de Cinema, complexo de cinemas existente em grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de

Janeiro e Fortaleza, e do Itaú Cultural, espaço destinado a exposições. Como os nomes indicam, essas fundações são ligadas às próprias instituições financeiras.

A intenção da senadora Patrícia é favorecer a diversificação dos projetos culturais e promover a distribuição dos incentivos, evitando a concentração de recursos em um só segmento e beneficiário. "É inegável que a criação de instituições culturais sem fins lucrativos é benéfica para o fortalecimento da cultura nacional. Porém, a possibilidade de obter benefícios fiscais, mediante a doação ou o patrocínio a projetos culturais promovidos por instituições criadas pelo próprio doador ou patrocinador não estimula as empresas a favorecer projetos culturais de outras instituições", argumenta a senadora na justificativa do PL.

CONTRIBUIÇÕES MARCANTES

TRANSPARÊNCIA

Reforma Eleitoral

Em meio a denúncias de corrupção que permearam todo o ano de 2005, em agosto daquele ano, o Senado deu um passo importante em direção a uma maior transparência nas eleições para cargos majoritários e proporcionais que ocorreriam no ano seguinte. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa aprovou uma reforma eleitoral que reduzia os custos das campanhas, permitia que os eleitores acompanhassem os gastos de seu candidato dia a dia e punia com mais rigor os políticos que cometessem irregularidades ao longo do processo. Nem todos os pontos foram aprovados mais tarde na Câmara dos Deputados,

mas a nova legislação já é imensamente superior à anterior, em termos de redução de gastos e transparência.

No bojo da reforma, foram contempladas emendas importantes de autoria de Patrícia Saboya: a que dá ao candidato maior responsabilidade pela prestação de contas de sua campanha; a que põe fim à antiga prática da distribuição de camisetas e brindes com o nome e o logotipo do candidato; e a que obriga o político a informar, pela internet, sobre todas as doações e respectivos doadores de recursos à campanha.

Em pronunciamento no plenário do Senado, que contou com o apoio de diversos senadores, Patrícia Saboya defendeu mais: a aprovação de uma Reforma Política profunda, que aperfeiçoe a forma de financiar as campanhas, promovendo maior igualdade entre os can-

Orlando Brito



Patrícia deu atenção a temas cruciais para o País como Reforma Eleitoral, desarmamento e incentivos à cultura

didatos, e que fortaleça os partidos, aumentando sua credibilidade junto ao eleitor ao mesmo tempo em que reduz a chance de barganhas como as denunciadas nas CPLs. Em agosto de 2005, a senadora, que estava havia três meses sem partido, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), legenda que prega a manutenção da conquistada estabilidade econômica aliada ao aumento dos investimentos e, principalmente, à distribuição de renda.

Nas eleições de 2006, o PSB conseguiu se manter como partido, atingindo a cláusula de barreira, que determinava que apenas as legendas que alcançassem 5% dos votos do eleitorado nacional, e 2% em nove Estados, poderiam continuar existindo como tal. Foi uma vitória não só eleitoral, mas também ideológica, no sentido do fortale-



Patrícia Rapozo

Senadora Patrícia recebe homenagem da deputada Luiza Erundina (SP) em solenidade de filiação ao PSB

cimento dos partidos brasileiros. O Supremo Tribunal Federal, porém, terminou considerando a cláusula inconstitucional.

Fundeb

A atuação de Patrícia Saboya no Senado foi fundamental para a aprovação do Fundeb e especialmente da inclusão das creches no fundo de financiamento da educação e de valorização dos professores e demais profissionais da educação. Graças a diversas campanhas feitas ao longo dos anos, como a "carrinhata" que encheu o Senado de crianças e bebês, o Fundeb foi aprovado na Câmara e no Senado, com a tão importante previsão orçamentária para as creches (*ver detalhes no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência*).

Desarmamento

A senadora participou ativamente da *Campanha Frente Brasil Sem Armas*, em particular por sua convicção de que o desarmamento beneficiaria a infância e a juventude. Em uma de suas missões oficiais a Fortaleza, acompanhando o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Patrícia lembrou o papel decisivo de ambas as Casas do Congresso Nacional – a Câmara de Deputados e o Senado Federal – no aperfeiçoamento do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de dezembro de 2003) e na sua posterior regulamentação (Decreto nº 5.123, de julho de 2004). A senadora usou como argumentos os dados do Unicef que davam conta de que a cada hora e meia uma criança ou um adolescente era vítima de homicídio. Dentre essas vítimas, pelo menos oito em cada dez eram jovens com idades entre 15 e 18 anos. Os afrodescendentes, embora sendo menos da metade dos adolescentes no Brasil, figuravam como quase 60% das vítimas de homicídios nessa faixa etária. Havia também evidências confiáveis de

que entre os homicídios provocados por armas de fogo, os jovens entre 17 e 24 anos apareciam majoritariamente como executantes ou como vítimas. E concluiu: a proteção da infância e da juventude implica um apoio efetivo à política de desarmamento.

PROJETOS RELATADOS

Ao longo desses quatro anos, a senadora Patrícia Saboya foi designada relatora de 138 propostas. Entre projetos de lei provenientes do Senado e da Câmara, projetos de resolução e até uma Proposta de Emenda à Constituição, estavam 71 decretos legislativos, que autorizam ou renovam concessões de rádios em diversos municípios do Ceará.

Entre os projetos mais relevantes relatados pela senadora está o PLC nº 105/2005, de autoria da deputada Almerinda de Carvalho, que assegura a todos os trabalhadores domésticos o direito ao seguro-desemprego.



Lançamento do Pacto Nacional pela Infância e pela Adolescência na Assembléia Legislativa do Ceará

Atenção ao Ceará

As ações empreendidas para incrementar a economia do Estado e consolidar o desenvolvimento social

O Ceará tem mais de oito milhões de habitantes. É o oitavo Estado em população no Brasil. Durante séculos foi castigado pelas secas, o que limitou sua capacidade de crescimento econômico. Porém, a partir da década de 80, o Estado passou a concentrar a maior parte de seus investimentos em infra-estrutura, buscando, com isso, combater a miséria e promover o tão esperado desenvolvimento socioeconômico.

Atualmente a economia cearense é uma das que mais crescem entre os Estados do Nordeste. A implantação de indústrias no interior e o constante incremento na área do turismo, além de terem invertido alguns índices antes desfavoráveis, impulsionaram a economia do Ceará, colocando-o na 12ª posição no *ranking* do PIB nacional por Estados, segundo o IBGE.

Durante os primeiros quatro anos de mandato, a senadora Patrícia procurou contribuir para fortalecer esse cenário apresentando, dentre outras iniciativas, emendas ao Orçamento da União voltadas para as áreas de infra-estrutura turística, urbana e hídrica.

Agora, acredita a parlamentar, é preciso concentrar esforços para melhorar também o desempenho da agricultura e aproveitar a estratégica posição geográfica do Estado para consolidar as exportações e conquistar novos mercados.

Desigualdades Sociais

Apesar dos avanços na área econômica, o Estado do Ceará ainda enfrenta o grave problema da desigualdade social. Isso decorre, sobretudo, das disparidades regionais, que situam o Nordeste em posição desfavorável em relação aos Estados do Centro-Sul brasileiro.

Dados da PNUD e do IBGE revelam que o Ceará ocupa a 20ª posição no *ranking* de desempenho do IDH, e que a distribuição de renda de nosso Estado é a quarta pior no Brasil.

Para combater essas distorções, Patrícia Saboya defendeu no Senado o Projeto de Integração das Bacias Hidrográficas (conhecido como Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco); a instalação de uma refinaria na região Nordeste e a recriação da Sudene (*leia mais no Capítulo Desenvolvimento Regional*).

Não há dúvida de que é necessário avançar mais, é preciso olhar o Ceará com lentes adequadas, que permitam enxergar melhor as aptidões regionais e o potencial do povo cearense.

Investir cada vez mais na indústria do turismo, buscando o seu desenvolvimento sustentado; incentivar a produção da mamona no sertão por meio da agricultura familiar para aumentar a oferta de biodiesel certamente continuarão fazendo parte das ações da senadora, mas o momento merece dedicação aos projetos do novo governo estadual, que sinalizam para a modernização do comércio e serviços; o fortalecimento das pequenas e microempresas; e a introdução de inovações tecnológicas a fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população rural.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Além dos projetos de lei de sua iniciativa, tais como o da ampliação da licença-maternidade em troca de benefícios fiscais para as empresas, e os que estabelecem punições mais severas para os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, a senadora Patrícia tem pautado suas ações na busca de soluções para diminuir os níveis de pobreza e desigualdade existentes no País, especialmente no Nordeste.

Por essa razão, ela apoiou todos os projetos que tinham por meta combater as distorções de renda e oportunidades, como foi o caso da reinstitucionalização da Sudene, do Projeto de Integração das Bacias Hidrográficas, da implantação de uma Refinaria de Petróleo para o Nordeste e do Programa Nacional do Biodiesel.

Nessa direção, e com o objetivo de movimentar a economia do interior do Ceará, em 2004, a senadora destinou quase R\$ 6 milhões para o projeto de apoio à implantação de miniusinas de produção de biodiesel. Essa atividade, além de gerar mais oportunidade de trabalho e renda, fortalece a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento sustentável da zona rural do Estado.

Usina Siderúrgica do Ceará

Outro relevante projeto defendido por Patrícia tem sido a implantação da Usina Siderúrgica do Ceará, que certamente contribuirá para aquecer a economia e o desenvolvimento do Nordeste. O projeto pretende trazer para a região US\$ 764 milhões em investimentos e será a primeira siderúrgica nordestina, reunindo uma empresa brasileira, a Vale do Rio Doce, uma sul-coreana e uma italiana, com financiamento já acertado do BNDES e de uma agência da Itália. Criará 3.500 empregos nas obras e, quando em funcionamento, cerca de 2



Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, senadora Patrícia questiona ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia, e Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, sobre impasse na instalação da Usina Siderúrgica do Ceará

mil empregos diretos e, pelo menos, 10 mil empregos indiretos. A previsão é que consiga exportar anualmente 1,5 milhão de toneladas de placas de aço, aumentando em 5% o Produto Interno Bruto cearense.

Apesar do enorme significado para a reorganização da economia nordestina, capaz de proporcionar renda em caráter permanente, e da postura do atual governo de contribuir para o desenvolvimento da região, a Petrobras, no final de 2006, acenou com a possibilidade de romper o contrato que garante o funcionamento da siderúrgica.

Considerando-o como um dos projetos mais importantes para o Ceará, a senadora Patrícia tem se manifestado constantemente contra a ameaça da Petrobras, esclarecendo que o contrato foi minuciosamente negociado e que ficou garantido o fornecimento de gás natural, conforme exigência da própria Petrobras.

Voz ativa

Diante do impasse criado em torno da questão no final de 2006, Patrícia Saboya passou a atuar como principal porta-voz dos interesses do povo do Estado, tanto dentro quanto fora do Congresso Nacional. Em novembro, no auge dessa crise, se reuniu com a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para cobrar um posicionamento do governo federal, fez pronunciamentos públicos no Senado e participou, de forma bastante ativa, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que ouviu o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli.

Nessa audiência, a senadora fez mais uma contundente e firme defesa da instalação da siderúrgica no Ceará. No final, conseguiu arrancar do ministro de Minas e Energia o compromisso da realização de uma reunião com todas as partes envolvidas no empreendimento (Petrobras, governo do Ceará, investidores estrangeiros e os

parlamentares do Estado) para buscar consensos capazes de viabilizar a construção da siderúrgica.

Na sua intervenção, de tom duro e emocional, Patrícia lembrou que a luta do Ceará pela siderúrgica tem mais de 10 anos, enumerou as principais etapas pelas quais passou, destacou o protocolo assinado em 2005 entre o governo estadual, as duas empresas consorciadas do exterior e a Petrobras, no qual se previa fornecimento de gás ao novo empreendimento, e revelou sua extrema indignação com a notícia de que a Petrobras estaria agora negando este fornecimento com a alegação de que isso acarretaria um prejuízo entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão para a empresa.

"A Petrobras não pode virar as costas para o Ceará neste momento. O presidente Lula mostrou, em seu programa de televisão durante a campanha eleitoral, que o Pólo Siderúrgico do Ceará seria implementado e que era uma prioridade de seu governo. Eu quero colocar aqui a minha indignação quanto à condução desse processo", disse Patrícia, ressaltando a importância estratégica da siderúrgica para o desenvolvimento social e econômico do Ceará. O próprio Porto de Pecém, insistiu a parlamentar, foi construído dentro de uma concepção de projetos nos quais se incluía a siderúrgica. "Entendo até a forma carinhosa com que o Brasil trata as questões com a Bolívia, mas no caso da siderúrgica do Ceará não tem sido assim. Estou muito triste com tudo isso", afirmou na ocasião.

Em resposta às indagações de Patrícia Saboya, o ministro Silas Rondeau disse compreender a indignação da senadora e afirmou que tem recomendação expressa do presidente Lula para dar prioridade às questões energéticas, dentre elas a própria siderúrgica do Ceará. Já Sérgio Gabrielli explicou que o problema da Petrobras não é com o governo do Estado, e sim com os sócios do empreendimento,

voltando a afirmar que a atual situação das negociações é prejudicial do ponto de vista econômico para a Petrobras e para o Ceará. Apoiada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Patrícia reiterou que a Petrobras deveria abrir mão de um lucro imediato para pagar uma dívida imensa que todo o País tem com o Nordeste. "Não vou abrir mão, de jeito nenhum, dessa defesa, pois se trata do desenvolvimento do meu Estado. O que a Petrobras chama de prejuízo, nós chamamos de investimento. O povo do Ceará é sofrido, é pobre, mas é um povo muito sério", ressaltou a senadora. "Não se investe no Nordeste apenas com programas de transferência de renda. É preciso muito mais que o Bolsa-Família para que os pobres deixem de ser pobres no nosso Estado e no Nordeste", acrescentou. Após os questionamentos da senadora,

José Cruz/Agência Senado



Governador eleito do Ceará, Cid Gomes, e senador Tasso Jereissati são aliados de Patrícia nos assuntos referentes ao Estado

está sendo realizada uma série de reuniões, convocadas pelo ministro Silas Rondeau, que pediu que cada uma das partes interessadas apresente propostas concretas para que se tente chegar a um acordo capaz de possibilitar a instalação efetiva da Siderúrgica.

Melhorias urbanas para Fortaleza

Para a Região Metropolitana de Fortaleza, que também depende de projetos estruturantes na área de infra-estrutura urbana, Patrícia procurou respaldar as gestões realizadas por diferentes personalidades do Estado do Ceará para viabilizar o Projeto METROFOR. Em virtude de conhecidas dificuldades fiscais no País, gerou-se um desequilíbrio entre os aportes do Japão a este Projeto, por meio do Japan Bank for International Cooperation/JBIC e as contrapartidas locais. O esforço despendido foi no sentido de ajudar a corrigir estas perturbações no cronograma de financiamentos e assegurar a plena continuidade do Projeto.

Atenta, ainda, à qualidade de vida da população de Fortaleza, em novembro de 2006, a senadora Patrícia Saboya conseguiu articular a votação e aprovação no plenário do Senado Federal do projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Fortaleza a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante garantia da União, no valor de US\$ 85,2 milhões – cerca de R\$178 milhões. Esses recursos deverão ser investidos na melhoria do sistema de transporte da capital cearense.

O dinheiro será aplicado no Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (Transfor), que engloba investimentos em restauração, alargamento de vias, tecnologia de sinalização e monitoramento, prevendo uma reestruturação geral do trânsito da capital. O custo total do Programa é de US\$ 142 milhões, sendo que a contrapartida da prefeitura para viabilizar as obras é de US\$ 57 milhões para os próximos cinco anos. Em reais, o montante global supera R\$ 300 milhões.

Pleitos dos Municípios

Outra importante atividade desempenhada pela senadora Patrícia Saboya, desde o início de seu mandato, tem sido o atendimento aos pleitos das prefeituras cearenses. Nesse sentido, além da senadora, toda sua equipe de assessores, em Brasília e no Ceará, procura dar os encaminhamentos necessários a cada demanda que chega ao gabinete, articulando-se com os órgãos pertinentes para que os todos os Municípios sejam devidamente acolhidos em suas reivindicações.

Preocupada com a gestão das finanças municipais, em 2005, a Senadora enviou um Ofício a cada uma das 184 Prefeituras do Estado do Ceará recordando-lhes que, sem prejuízo de outras atribuições parlamentares, vinha buscando apoiar os Municípios daquele Estado tanto por meio do seu Gabinete em Brasília quanto do seu Escritório de Fortaleza. Assim, anexou a cada Ofício um quadro estatístico baseado exclusivamente em um trabalho da Secretaria do Tesouro Nacional, com um "retrato" oficial da evolução das finanças do Município destinatário, cobrindo o período 1998-2003 e podendo ser projetado para anos seguintes. Elaborado por seu Gabinete, incluíam-se em cada quadro 23 tipos de informações sobre receitas e despesas, algumas delas com maior nível de detalhe. Os responsáveis pelo controle das finanças municipais encontrariam ali, para uso imediato, uma informação útil ao aprimoramento das decisões fiscais futuras. Pouco antes, e com similar propósito, já lhes havia enviado o *Manual de Obtenção de Recursos Federais sem a Intermediação de Terceiros*, conforme uma quarta edição produzida pelo ILB/Instituto Legislativo Brasileiro, ligado ao Senado Federal. Este documento era outra valiosa ferramenta para as Prefeituras localizarem novas verbas, diminuindo a brecha, tão freqüente, entre necessidades e disponibilidades municipais de recursos.

Área	Projeto/Atividade	Valor Total (em reais)
Agricultura, pecuária e abastecimento	- Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	200.000,00
Apoio ao funcionamento do Poder Judiciário	- Construção de edifício do TRT-Juazeiro do Norte - Incremento para o custeio do TRE-CE	200.000,00
Assistência social	- Promoção da inclusão produtiva - Apoio à implantação dos centros de referência da assistência social	9.500.000,00
Ciência e tecnologia	- Apoio à pesquisa e inovação para implantação de miniusinas para produção de biodiesel	6.053.600,00
Cultura	- Reforma e melhoria da estrutura física e técnica de teatro	250.000,00
Esporte	- Implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer - Construção de centro olímpico - Obras de infra-estrutura esportiva - Construção e modernização de centros de esportes	1.200.000,00
Infra-estrutura hídrica	- Construção de açudes - Construção de barragens e açudes	520.000,00
Infra-estrutura urbana	- Obras de infra-estrutura urbana em municípios de médio e grande porte - Apoio a projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais - Saneamento básico - Abastecimento de água - Habitação popular	1.660.000,00
Moradia	- Apoio ao Poder Público para construção habitacional para famílias de baixa renda	400.000,00
Saúde	- Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde - Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos - Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde - Apoio à manutenção de unidades de saúde - Reforma e aquisição de unidades de saúde - Aquisição de equipamentos - Construção de postos de saúde	3.450.000,00
Segurança pública	- Apoio para construção de delegacia da criança e do adolescente em Fortaleza	300.000,00

Emendas ao Orçamento

Entendendo o Orçamento Público como o instrumento que organiza as políticas públicas e os programas de governo (despesas), bem como os meios de financiamento desses gastos (receitas), fica fácil compreender porque a análise da proposta orçamentária e a fiscalização de sua execução são consideradas algumas das mais importantes atribuições do Poder Legislativo.

A despeito da elaboração do Orçamento ser uma prerrogativa do Poder Executivo, é no Congresso Nacional que a proposta é discutida e aprovada, conferindo aos parlamentares a oportunidade de apresentar emendas que priorizem os programas mais adequados à realidade da população e do desenvolvimento de seu Estado.

Nessa perspectiva, a senadora Patrícia Saboya, ao longo desses quatro anos, conseguiu aprovar diversas emendas ao Orçamento da União (*veja o quadro resumido das emendas aprovadas na página ao lado*). Muitas delas já tiveram ou estão tendo os recursos financeiros repassados, outras, no entanto, não foram liberadas por questões técnicas ou mesmo por falta de vontade política. Isso se dá, infelizmente, porque a Lei Orçamentária no Brasil tem caráter meramente autorizativo, vinculando o Poder Executivo apenas em relação ao que não está previsto no Orçamento. Dessa forma, é necessário que a situação econômica e fiscal do País permita que a administração pública também considere aquele programa ou política, que se pretendeu reforçar por meio das emendas parlamentares, uma prioridade de governo.

Articulação Política

Durante a primeira metade de seu mandato, Patrícia também se dedicou à mediação entre governo federal e as administrações do Estado do Ceará e de seus Municípios para tentar aprovar diversos pleitos do interesse deles.

No Ministério das Comunicações, após os respectivos procedimentos legislativos, viabilizou a autorização para funcionamento de várias rádios no Estado. Também obteve apoio incondicional da Presidência do Senado Federal para avançar nas etapas de regularização do processo de abertura e disponibilização de um Canal de TV para o Legislativo estadual. Inaugurada em abril de 2006, a TV Assembléia Legislativa transmite ao vivo as sessões plenárias e reuniões de suas comissões, dando transparência às atividades dos deputados estaduais e servindo de instrumento para a educação e a cultura do povo cearense.

Promovendo a articulação institucional entre os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, a senadora obteve êxito em relação à aplicação de recursos da União para a con-



Patrícia Saboya, deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Marcos Cals (PSDB), presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, participam de celebração na inauguração da TV Assembléia do Estado

clusão de obras importantes nas áreas de saúde, habitação, educação, cultura e segurança pública, além, é claro, dos repasses financeiros para as emendas de sua autoria, realizados durante a execução orçamentária de 2004, 2005 e 2006.

Sobral: teatro renovado e restaurante popular

A cidade natal de Patrícia, Sobral, também foi beneficiada por suas intervenções. A senadora conseguiu a liberação de recursos para duas obras importantes: a restauração do Teatro São João e a construção de um restaurante popular para atender a população de baixa renda.

Construído em 1880, por iniciativa de um grupo de empresários e artistas da cidade, o Teatro São João é considerado o maior símbolo da história e da cultura sobralenses. Na época em que foi erguido, o prédio, em estilo neoclássico, era uma obra única no semi-árido cearense.

Prefeitura de Sobral/Divulgação



Recursos
conseguidos pela
senadora Patrícia
ajudaram na
restauração e na
modernização do
Teatro São João,
o maior símbolo
da história e da
cultura sobralenses

O teatro, porém, recebeu várias reformas no século passado e seu interior terminou ficando totalmente diferente do original. Ao realizar escavações arqueológicas, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco descobriu que havia outra platéia por baixo da que estava sendo usada. Era uma platéia em forma de ferradura como as dos teatros antigos.

Depois de uma consulta a historiadores, arquitetos e à própria sociedade civil de Sobral, a prefeitura resolveu preservar o interior original. Foi feita, então, a restauração da parte interna e a modernização dos sistemas elétrico, de iluminação e de som. A fachada, que não havia sofrido modificações, foi mantida. A senadora Patrícia Saboya conseguiu junto à Petrobras a liberação de R\$ 600 mil para a finalização das obras, o que garantiu o seu pleno funcionamento.

Almoço a R\$ 1

Em maio de 2005, Sobral assistiu à inauguração de seu primeiro restaurante popular, com refeições a R\$ 1 para os moradores. Os recursos empregados na aquisição de equipamentos para o estabelecimento – R\$ 534,4 mil – foram liberados pelo governo federal depois que a senadora Patrícia conseguiu a agilização do processo.

Ao conhecer o novo restaurante, a senadora constatou que, além de alimentação balanceada, seus frequentadores recebem orientação nutricional, noções de higiene e de saúde bucal.

PARCERIA COM A POPULAÇÃO

A trajetória política da senadora Patrícia sempre esteve ligada às questões sociais. Defender os direitos de crianças e adolescentes,

reduzir os níveis de pobreza e desigualdade, bem como as disparidades regionais, dentre outros, são temas que norteiam sua ação parlamentar.

Nessa primeira metade do mandato de senadora, Patrícia Saboya se manteve, por meio das atividades empreendidas por sua assessoria no Ceará e em Brasília, em permanente contato com as comunidades de Fortaleza e de sua Região Metropolitana. O objetivo principal era dar suporte à população mais carente na busca por alternativas para melhorar a vida dessas pessoas.

Dessa forma, ao longo desse período, o Escritório da senadora no Ceará realizou mais de 100 reuniões e encontros com lideranças comunitárias, representantes de associações e creches comunitárias, ONGs, alunos, professores e funcionários da rede pública estadual e municipal de ensino. Além de divulgar a atuação de Patrícia no Senado Federal, imprimindo nesses grupos uma nova forma de entender o papel do parlamentar, as referidas reuniões serviram, sobretudo, para visualizar os problemas reais das comunidades e as expectativas em torno da mudança de realidade. Não há dúvida de que essa integração fez nascer em muitos o interesse pela participação e engajamento para enfrentar as dificuldades, corroborando o entendimento da senadora de que o desenvolvimento social só será verdadeiramente alcançado quando as práticas assistencialistas forem rejeitadas por seus próprios destinatários.

Reuniões Temáticas

Entre 2003 e 2006, o Escritório da senadora no Ceará firmou parcerias importantes com algumas organizações não-governamentais, com as Secretarias de Ação Social (SAS), de Saúde (SESA) e de Trabalho e Empreendedorismo (SETE) do Estado do Ceará e o Cetrede (UFC), permitindo a realização do *Curso de Capacitação de Lideranças*

Comunitárias e do Seminário Movimento Social no Mundo Globalizado. Além disso, foi possível levar às comunidades e às escolas públicas palestras e debates em torno de vários assuntos, tais como, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; trabalho infantil; educação ambiental; direitos do idoso. Todos os temas abordados nas reuniões foram eleitos pela própria comunidade em razão de suas peculiaridades e necessidades.

Apoio administrativo e prestação de serviços

Não obstante as atividades externas acima relacionadas, o escritório do Ceará e o gabinete da senadora em Brasília vêm prestando serviços de orientação jurídica para a regularização formal das instituições comunitárias. Também incentivam o conhecimento da legislação por meio da distribuição da Constituição Federal, de estatutos, cartilhas e impressos informativos do mandato da senadora, procurando, com isso, colaborar na formação de cidadãos cientes de seus direitos e suas obrigações.

Fazendo o encaminhamento de projetos aos órgãos federais, estaduais e municipais e apoiando as associações e as ONGs na busca de novas parcerias, a senadora conseguiu a doação de computadores para várias instituições que atuam na complementação educacional de crianças e formação profissional de adolescentes e jovens.

Planejamento

Consciente das demandas das comunidades locais, senadora Patrícia acredita que agora é necessário fortalecer as políticas sociais de inclusão, aproveitando o potencial das jovens lideranças e os trabalhos exitosos para fornecer as ferramentas adequadas de forma que as comunidades possam trilhar com independência os caminhos que as conduzirão a uma vida melhor e mais digna.

EVENTOS NA ÁREA DA INFÂNCIA

Seguindo firme no compromisso de defender os direitos de crianças e adolescentes, Patrícia Saboya manteve-se atenta às ações desenvolvidas no Estado do Ceará em favor da população infanto-juvenil.

Ao longo desses primeiros quatro anos de mandato, a senadora, além de ter participado de diversas solenidades sobre o tema, também realizou importantes eventos nessa área. Em 2003, Patrícia promoveu a *Oficina de Trabalho Construindo uma nova perspectiva para a Criança e o Adolescente*, na qual, parlamentares, autoridades públicas, técnicos de organizações governamentais, integrantes de ONGs e representantes de organismos internacionais, discutiram a realidade de meninos e meninas do País para, ao final, apresentar propostas concretas que pudessem orientar sua atuação legislativa.

Já no ano de 2004, a Senadora concentrou suas atividades em torno da CPMI da Exploração Sexual, realizando no Estado diligências e audiência pública relativas à comissão.

Em 2005, como resultado do trabalho desenvolvido à frente da CPMI, Patrícia coordenou o lançamento do *Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência*, realizado na Assembléia Legislativa do Ceará, que marcou a abertura da semana do 18 de Maio (*leia mais sobre esse tema no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência*).

Naquele mesmo ano, em parceria com a Assembléia Legislativa, Patrícia Saboya promoveu o Seminário *O Parlamento Cearense pela Criança e o Adolescente*, que reuniu vereadores e representantes de entidades governamentais e não-governamentais de todo o Estado.

Uma vez firmada a Rede Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2006, a senadora Patrícia lançou em

Fortaleza o livro *Infância e Parlamento – Guia para a formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*. A cerimônia, que contou com cerca de 300 convidados, dentre parlamentares e autoridades ligadas à área dos direitos da infância, teve a participação especial da representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, que apresentou o livro, ressaltando o importante papel da senadora Patrícia ao colocar na agenda política do País a discussão sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. "Com esse guia, temos mais uma ferramenta concreta para colocar em prática as políticas públicas envolvendo essa parcela da sociedade", disse Marie-Pierre.

A publicação procurou consolidar leis e textos relativos ao universo infanto-juvenil, com o objetivo de orientar deputados estadu-

Ana Figueiredo



Entre duas das mães beneficiadas com a licença-maternidade estendida, Patrícia carrega Júlia, que pôde desfrutar dos cuidados maternos por seis meses

ais e vereadores que se interessam pela pauta da infância e da adolescência a criar, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, Frentes Parlamentares dedicadas a esse tema.

Ainda em 2006, Patrícia realizou, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); o Unicef; a Associação das Primeiras-Damas do Ceará (APDMCE); a Associação dos Prefeitos do Estado (APRECE) e a União de Vereadores do Ceará (UVC), o *Encontro de Prefeitos, Primeiras-Damas e Vereadores do Ceará – Licença-Maternidade: seis meses é melhor*. O evento teve por objetivo principal aprofundar entre prefeitos, vereadores e primeiras-damas do Ceará as discussões em torno da ampliação da licença-maternidade, que vem conquistando cada vez mais espaço na agenda dos Municípios brasileiros (*leia mais sobre esse assunto no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência*).

Outro importante evento do qual a senadora participou como palestrante foi o *Congresso Cearense sobre Direito de Família*, realizado em Fortaleza, em setembro de 2006. Patrícia Saboya falou sobre a trajetória e as perspectivas da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional.



Senadora Patrícia fala em seminário em Sobral sobre os benefícios do Programa do Biodiesel para os pequenos agricultores do Nordeste

Desenvolvimento regional

A luta pela redução das disparidades entre as regiões brasileiras e em prol de um modelo de crescimento equilibrado para o Nordeste

Além de se dedicar, cotidianamente, às ações capazes de ajudar na promoção da melhoria das condições de vida da população cearense, desde o início de seu mandato a senadora Patrícia Saboya tem pautado sua atuação na plena consciência de que, em todos os países com Parlamentos bicamerais, cabe ao Senado privilegiar as políticas territoriais de desenvolvimento. Dessa forma, nos quatro primeiros anos do mandato de Patrícia – entre 2003 e 2006 – o Nordeste tem tido atenção especial. Destacam-se, a seguir, alguns pontos principais dessa batalha por uma política mais arrojada de desenvolvimento para a região.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Patrícia Saboya acompanhou todas as propostas de Política Nacional de Desenvolvimento Regional formuladas pelo Ministério da Integração Nacional, cujo principal objetivo era a redução das desi-

gualdades regionais. Teve sempre especial cuidado em averiguar quais poderiam ser as conseqüências efetivas da nova política para todo o Nordeste e, em particular, para o Estado do Ceará. Durante todo esse quadriênio, esteve atenta à legislação relacionada com a mobilização de recursos para o estímulo ao desenvolvimento do Nordeste. A senadora acompanhou, em particular, as gestões de governadores e outras autoridades do Nordeste para que fossem compensadas perdas decorrentes das mudanças feitas no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

RESTABELECIMENTO DA SUDENE

Com o mesmo espírito de garantir ao Nordeste um processo de desenvolvimento mais justo e sustentável, a senadora apoiou firmemente a proposta de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sobretudo a partir do momento em que o projeto de lei (PLC 59/2004), após passar pela Câmara, chegou ao Senado Federal, onde também já foi aprovado. Esse novo órgão sucederá a Adene, Agência do Desenvolvimento do Nordeste, trazendo de volta e renovando um recurso institucional que, historicamente, havia tido um papel inigualável na promoção da economia nordestina e que fora abruptamente eliminado pelo governo anterior.

Com a ação em favor da Sudene, a senadora procurou ainda proteger os direitos dos muitos servidores que dedicaram o melhor de suas vidas profissionais ao fortalecimento daquela Superintendência, respaldar os vínculos necessários da nova instituição com o Ministério da Integração Nacional e garantir um desempenho eficaz do Banco do Nordeste na nova situação. Tudo isso, assegurando que a operação do novo órgão refletisse o pensamento majoritário dos governadores da

região e dispusesse de meios efetivos para inaugurar uma nova fase de desenvolvimento em toda sua área de jurisdição. Na discussão do Orçamento para 2007, Patrícia Saboya apresentou emenda no valor de R\$ 50 milhões para a estruturação administrativa do novo órgão. A proposta foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A problemática do semi-árido esteve sempre entre as maiores preocupações da senadora. No primeiro trimestre do seu mandato,

Geraldo Magela/Agência Senado



Ao lado do então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do senador Tasso Jereissati, Patrícia Saboya discute o Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco

ela deu demonstração disso quando presidiu a mesa sobre o tema "Água e Governo", no Seminário Água, Desenvolvimento e Justiça Ambiental, promovido em Brasília pelo Ministério do Meio Ambiente. Patrícia sempre considerou que a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento para o Nordeste – e para o semi-árido, em particular – é um atributo necessário para a obtenção de justiça social.

A partir de 2004, a senadora procurou ampliar sua atuação parlamentar para outras áreas, além das ligadas aos temas sociais. Reconhecia que "muitos dos problemas ali encontrados seriam insolúveis, se o País não retomasse o rumo do desenvolvimento sustentado, inclusive do ponto de vista ambiental". Nos anos seguintes, dentro dessa linha de conduta, Patrícia apoiou o reforço hídrico das bacias dos rios intermitentes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A senadora lembrou que "o Projeto de Integração do São Francisco poderia beneficiar milhões de pessoas em todo o semi-árido nordestino".

Entendendo que o semi-árido é uma das regiões brasileiras mais vulneráveis, Patrícia Saboya tem apoiado iniciativas do Unicef no sentido de estimular o desenvolvimento daquela área, incentivando, sobretudo, ações voltadas para a infância e a adolescência. Em dezembro de 2006, a senadora participou, no Palácio do Planalto, da solenidade de entrega do *Prêmio Selo Unicef – Município Aprovado* para as 146 prefeituras do semi-árido que mais se destacaram na adoção de políticas públicas em favor das crianças e dos adolescentes. Destas, 41 são cearenses.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Com o propósito de reforçar os mecanismos disponíveis para promover o desenvolvimento regional, Patrícia Saboya deu tam-

bém total apoio ao projeto de lei sobre Parcerias Público-Privadas. Ela argumentou que, juntamente com as Leis das Concessões, das Licitações e de Responsabilidade Fiscal, essa proposta poderia assumir relevância para o desenvolvimento nacional no futuro próximo, em especial para o próprio Nordeste. Poderia facilitar parcerias para a construção de obras ou para prestação de serviços de interesse público, especialmente em setores de infra-estrutura. Esse novo instrumento da política macroeconômica de médio e longo prazos (com projetos de 5 a 35 anos), permitiria, ajudado por importantes atributos da iniciativa privada, melhorar os níveis de eficiência na gestão dos novos empreendimentos e canalizar recursos para iniciativas que o Governo não consegue promover apenas com seus próprios recursos.

INDÚSTRIA DO CAFÉ

A senadora Patrícia Saboya colaborou pessoalmente com a Associação Brasileira da Indústria do Café no encaminhamento, dentro do Senado Federal, de suas reivindicações relacionadas ao impacto negativo que tiveram sobre essa indústria algumas mudanças nas normas das contribuições sociais. A ABIC estimou que a alíquota efetiva que recaiu sobre suas atividades havia passado de 14% para 25%, com uma depressão significativa em suas margens de lucro e em seu poder de competição, tanto no mercado interno quanto no externo.

Em diferentes oportunidades, a senadora advertiu que o Executivo e o Legislativo sabem da relevância histórica dessa atividade no País. "Todos reconhecem que ao longo da cadeia produtiva do café – da semeadura ao beneficiamento, daí à torrefação e à manufatura dos solúveis e até a fase final de comércio – há uma importantíssima

agregação de valor e uma apreciável geração de emprego e renda", observou, concluindo que, assim, seria natural que as duas Casas do Parlamento demonstrassem uma especial atenção ao setor.

NOVO SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

Em cooperação com a Consultoria em Legislação do Senado Federal (CONLEG), a senadora Patrícia examinou a viabilidade de um novo projeto estabelecendo mecanismos inovadores para prevenir a corrupção em licitações públicas. A proposta original, apoiada em tese de um técnico da Conleg, sugere criar um Sistema de Gestão de Contratos do Estado, otimizando o uso de processamentos de dados, já parcialmente disponíveis no Executivo Federal. Há a esperança de que, em 2007, com apoio de outros parlamentares da situação ou da oposição, o Senado possa dar passos importantes na implementação dessa proposta.

EXPORTAÇÃO DE CAMARÕES

Com o respaldo da sua equipe em Brasília, a senadora analisou o trabalho do LABOMAR (Laboratório da Universidade Federal do Ceará) sobre a exportação de camarões. Patrícia ficou convencida da importância da comercialização desse produto para o exterior por parte de todos os Municípios da faixa litorânea do Ceará. Em particular, mereceu sua atenção a preocupação do Labomar em investigar o impacto ambiental desta atividade (carcinicultura), sobretudo em relação à preservação dos manguezais. A senadora tem se manifestado, em várias oportunidades, sobre o papel crescente que a carcinicultura pode vir a ter para o próprio Estado do Ceará, colaborando para a diversificação da base produtiva do Nordeste.

IMPORTÂNCIA DO AQÜÍFERO GUARANI

A senadora Patrícia Saboya tem acompanhado ainda a evolução da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da qual é suplente. Neste papel, teve a oportunidade de examinar a Carta de Foz de Iguaçu sobre o Aquífero Guarani, produto do *Seminário Internacional sobre Aquífero Guarani: Gestão e Controle Social*, realizado no segundo semestre de 2004. Trata-se de relevante documento político destinado a proteger e a gerir, no âmbito da América do Sul, esse patrimônio, que é um dos maiores mananciais de água subterrânea do planeta. Desde então, a senadora tem insistido na crescente importância estratégica da água potável em todo o planeta, especialmente levando-se em conta a claríssima tendência ao crescimento da urbanização.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO

A pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a senadora se envolveu em sua campanha Ação Nacional por um Sistema Tributário Pró-Crescimento. O objetivo desse movimento era, em síntese, promover o desenvolvimento sustentado da economia nacional. A idéia central, dizia o documento de lançamento, era "que não apenas os setores produtivos, mas toda a sociedade seja sensibilizada para a racionalização e aperfeiçoamento do sistema tributário nacional... indispensável para se deflagrar um novo processo de crescimento sustentado". Levando em conta a adesão a essa campanha de outras Confederações, como a CNA, da Agricultura e Pecuária do Brasil; CNC, do Comércio; a CNF, das Instituições Financeiras; a CNT, dos Transportes; e CACB, das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, a senadora está con-

vencida de que em 2007 pode se dar um grande e saudável peso a essa matéria, com apoio do Senado Federal. É essencial, tem afirmado Patrícia, que o País recupere sua capacidade de poupança e assim amplie tanto sua formação bruta de capital fixo quanto seus gastos em ciência e tecnologia. Dois investimentos cruciais que podem ser muito beneficiados com uma adequada Reforma Tributária.

POLÍTICA ATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO

Em seu primeiro Informe anual (2003), a senadora Patrícia já incluía a geração de emprego e renda como um dos focos prioritários do seu mandato. Em novembro de 2004, associou-se à Frente Parlamentar do Pleno Emprego, co-promovendo seu Primeiro Fórum, realizado no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Sempre insistiu, que a criação de oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas tornou-se uma das grandes prioridades da agenda de desenvolvimento social do País. A senadora tem reiterado, dentro e fora do Senado, que mais oportunidades de emprego e maior geração de renda constituem, juntas, o melhor caminho para se alcançar um nível adequado de inclusão social.

APOIO À MICRO E À PEQUENA EMPRESA

A geração de emprego figura, também, entre as principais razões que explicam a especial dedicação da senadora às políticas de apoio à microempresa e à empresa de menor dimensão. Ela as considera duplamente significativas tanto para fomentar a inclusão de novos

empreendimentos ao mercado formal como para fortalecer as micro ou pequenas empresas já devidamente formalizadas. Patrícia tem insistido, ainda, em que o empreendimento produtivo que se enquadra nestas dimensões abre uma alternativa auspiciosa para a atividade da mulher. De fato, em muitos países as mulheres predominam na estrutura de propriedade destas iniciativas. Além disso, tem chamado a atenção para o potencial gerador de emprego para os jovens, tanto nas micro e nas pequenas empresas, quanto por consequência da Lei do Aprendiz. Por tudo isso, em Brasília e em eventos dos quais participou em outros lugares, especialmente no Nordeste, ela tem insistido nesses quatro anos na necessidade de serem aprimoradas essas políticas específicas de fomento, por razões eminentemente econômicas e por razões predominantemente sociais.

Agência Senado



No plenário do Senado, Patrícia Saboya defende a instalação de refinaria de petróleo no Ceará

REFINARIA DE PETRÓLEO PARA O NORDESTE

Nos primeiros meses de 2005 a senadora sublinhou, em discurso no Plenário, a urgência de se instalar no Nordeste uma expansão da capacidade brasileira de refino de petróleo. Diante da decisão do governo federal pela construção de nova refinaria em Recife, Patrícia insistiu na importância de que algum projeto similar contemplasse o Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP), já que a própria Agência Nacional do Petróleo estimava que o País deveria ampliar sua capacidade de refino em 46% até 2010. Com dados do Núcleo de Pesquisas em Logística, Transportes e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Ceará, a senadora deixou registradas as múltiplas vantagens geográficas de Pecém. Na oportunidade, afirmou: "A Petrobras se viu forçada, nos últimos 25, anos a priorizar a produção de petróleo bruto e a investir na adaptação do parque de refino para processar os óleos pesados de origem nacional. Chegou a hora de voltar a investir em novas refinarias".

E, dirigindo-se aos seus pares da bancada nordestina, instou a todos a se unirem nesse pleito comum: obter uma nova refinaria para o Nordeste. Segundo ela, o empreendimento contribuirá para diminuir importações de derivados em toda a região Norte-Nordeste, mas também para o equilíbrio do mercado nacional de derivados. E concluiu: "o planejamento do parque futuro de refino requer visão política de longo prazo, a qual transcende a racionalidade apenas econômica. Uma nova refinaria tem papel estruturante sobre o espaço regional e atende assim ao espírito e à letra da determinação constitucional que busca mais equidade e equilíbrio entre todos os Estados da Federação".

APOIO AO PROGRAMA DO BIODIESEL

Nessa primeira metade do seu mandato, Patrícia Saboya assumiu uma posição firme na defesa do Programa Nacional do Biodiesel, justificando esse apoio em diferentes oportunidades. Destacou a importância desse tema no âmbito internacional, lembrando que a produção mundial de biocombustíveis vem crescendo rapidamente e que o Brasil – com vantagens excepcionais nesse domínio – tem um desempenho abaixo de seu potencial. Insistiu em que o Nordeste pode dar uma contribuição significativa para melhorar sua posição, a partir do biodiesel. E sublinhou: “nessa região, a produção de biodiesel, sobretudo a partir da mamona, pode dar um vital impulso à agricultura familiar, reduzindo a pobreza que perdura na zona rural”. Patrícia apontou também a necessidade de se garantir que os pequenos produtores rurais capturem parte substancial do valor agregado pela operação de refino da matéria-prima.

ESPERANÇA EM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Por meio de discursos e artigos para a imprensa, a senadora tem registrado sua esperança de que o Nordeste esteja próximo a iniciar um novo período de desenvolvimento econômico e social. Um sinal disso é a recriação da Sudene, após cinco anos de extinção, que ela espera que agora se ajuste ao novo padrão mundial de desenvolvimento e tenha instrumentos para colocar o Nordeste na direção de uma moderna “sociedade de conhecimento”. O Ministério da Integração considera a nova Sudene como instituição de planejamento regional, com recursos humanos



Com a adoção de projetos estruturantes e políticas de geração de emprego e renda, espera-se que o Nordeste inaugure uma nova etapa de desenvolvimento

qualificados, com capacidade técnica e negociadora e com capacidade de dinamizar novos investimentos.

Uma outra evidência do iminente ciclo de desenvolvimento do Nordeste é o fato de haver maior consenso – entre políticos e autoridades, a academia e a comunidade científica, empresários e trabalhadores e entre outros atores da sociedade civil do Nordeste – de que sem uma política concertada de desenvolvimento de longo prazo, a região continuará a perder posição, tanto em relação ao País quanto à economia global. Apesar das dificuldades de seus Estados e Municípios, estão todos eles melhor equipados e habilitados institucionalmente para desempenhar papéis ativos na execução dessa nova política. A Senadora Patrícia tem insistido em que a esperança desse novo desenvolvimento se apóia na conjunção de tais fatores e na execução de grandes projetos já previstos, como são os da integração das bacias hidrográficas, a refinaria de petróleo, a nova siderúrgica, a transnordestina, a produção de biodiesel a partir da mamona, além de outros investimentos destinados à redenção do semi-árido.



Patrícia Saboya tem ocupado a tribuna do Senado para se pronunciar sobre as mais importantes questões nacionais

Dizeto da tribuna

*Confira trechos dos principais pronunciamentos
feitos pela senadora Patrícia entre 2003 e 2006*

"A Petrobras criou esse impasse e nele aposta, como forma de fugir aos compromissos assumidos (em relação ao fornecimento de gás que permitiria o funcionamento da Siderúrgica do Ceará). Com isso, ameaça o maior investimento privado na história do Ceará. A posição da Petrobras adquire um importante sentido político. Constitui um teste para a vontade política do presidente da República. Com efeito, o presidente Lula assumiu compromisso pessoal com a implantação de projetos que contribuam efetivamente para o desenvolvimento do Nordeste e, em particular, com a Usina Siderúrgica do Ceará. Esse compromisso foi reafirmado por ele na campanha à reeleição. Nela, o Ceará proporcionou a ele 3,4 milhões de votos, o que correspondente a 82,38% do seu eleitorado e a um dos três melhores desempenhos no segundo turno, além de uma excelente performance no primeiro. Certamente o que se espera do presidente é que honre o compromisso e não que retire apoio a um projeto fundamental. A relevância da Usina Siderúrgica do Ceará não pode ser minimizada. Caso o projeto siga adiante, trará para a região US\$ 764 milhões em investi-

mentos. Será a primeira siderúrgica nordestina, reunindo uma empresa brasileira, a Vale, uma sul-coreana e uma italiana, com financiamento já acertado do BNDES e de uma agência da Itália. Criará 3.500 empregos nas obras e, quando entrar em funcionamento, 2 mil empregos diretos, além de pelo menos 10 mil empregos indiretos. Quando pronta, exportará anualmente 1,5 milhão de toneladas de placas de aço. Provocará uma expansão de 5% no Produto Interno Bruto cearense."

Discurso em que protesta contra a posição da Petrobras, que ameaçou quebrar o contrato para a instalação da Siderúrgica do Ceará, proferido em dezembro de 2006

"Recentemente, o Unicef divulgou o relatório Situação Mundial da Infância 2007, que trata das graves violações de direitos de mulheres e crianças e alerta para a necessidade de todas as nações do planeta fazerem esforços no sentido de promover a igualdade de gênero. Se essas ações não acontecerem, será muito difícil que o mundo cumpra os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – compromissos assumidos pelos países integrantes das Nações Unidas em áreas como o combate à pobreza e à fome, educação, saúde e meio ambiente para melhorar a qualidade de vida de todos os povos até 2015. (...) O documento mostra que acabar com a discriminação baseada no gênero é um fator primordial na busca pelo desenvolvimento sustentável. Promover a igualdade de gênero tirará milhões de mulheres do mundo inteiro da pobreza, beneficiando também suas famílias, suas comunidades e seus países. (...) Portanto, é de fundamental importância que as mulheres do nosso País sejam cada vez mais valorizadas, tenham cada vez mais oportunidades de trabalhar e cuidar de suas famílias dignamente. Somos quase 52% da população brasileira. Mais de 30% das famílias do Brasil são chefiadas por mulheres – mulheres de fibra, mulheres corajosas, mulheres competentes,

sábias e que precisam, muitas vezes, se virar em mil para dar conta do recado. Precisamos olhar para todas essas mulheres com mais carinho e atenção. As políticas públicas devem levar em conta o potencial, as necessidades, as carências e as dificuldades das mulheres brasileiras. Investir nas mulheres significa investir nas nossas crianças".

Discurso sobre o relatório do Unicef

"Situação Mundial da Infância 2007"

"No dia 11 de outubro, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou estudo inédito sobre a questão da violência praticada contra crianças e adolescentes em todo o planeta. O relatório foi coordenado pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, um dos maiores e mais respeitados especialistas sobre esse tema no mundo. (...) Esse primeiro estudo global sobre violência contra as crianças quer promover uma grande virada em todo o mundo, o fim de qualquer justificativa dos adultos para praticar violência contra meninos e meninas, seja ela fruto de tradições e culturas, seja ela camuflada como forma de disciplina. (...) Senhoras e senhores senadores, o relatório mostra como o cenário de violência contra crianças é grave em todo o mundo. É muito importante agora que compreendamos esse número, porque eu, que milito nessa área da criança e do adolescente praticamente a minha vida toda, fiquei completamente estarecida com esse relatório. Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde, 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que os envolveram com contato físico em 2002. Pasmem, senhores senadores: são 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos! É mais que a população do nosso País! E essa chaga, essa doença continua".

Pronunciamento sobre relatório mundial da ONU acerca da violência contra a criança e o adolescente, proferido em outubro de 2006

"Em setembro último, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005. O levantamento trouxe algumas boas notícias para os brasileiros, mas infelizmente revelou dados preocupantes. (...) Segundo o IBGE, em 2005, o rendimento médio real do trabalhador brasileiro cresceu 4,6% em relação a 2004 – a primeira alta desde 1996. E o aumento da remuneração foi mais significativo entre as pessoas de menor renda. Com isso, a distribuição de renda atingiu seu melhor resultado desde 1981. Em dez anos, o índice Gini, que mede a distribuição de rendimento, teve queda de 7%. (...) Outra boa notícia veio pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas, mostrando que houve diminuição da pobreza e da desigualdade social nos últimos anos. Em 2005, a extrema pobreza no Brasil atingiu o nível mais baixo da história, alcançando 5,32% da população. Em 1992, a miséria atingia 11,76% dos brasileiros. A pesquisa da FGV também mostrou que a parcela de pobres, que era de 28% em 2003, caiu para 22,7% em 2005, sendo a menor desde 1992. (...) Por outro lado, a PNAD mostrou que o trabalho infantil voltou a crescer no Brasil depois de 13 anos em ritmo de redução. De 2004 para 2005, cerca de 202 mil crianças de 5 a 14 anos passaram a trabalhar no País, ocasionando um aumento de 10,3% do indicador nessa faixa etária. (...) Portanto, o desafio de construir um Brasil mais justo e mais desenvolvido é imenso. E essa luta precisa ocupar lugar prioritário na agenda pública do País. O Parlamento precisa se aproximar do Brasil real para que possa, finalmente, desempenhar o papel de ser o palco dos mais importantes debates nacionais e da busca de soluções para os principais problemas brasileiros".

Discurso sobre a situação social brasileira, feito em outubro de 2006

"Há pouco tempo me referi, nesta mesma Tribuna, às questões do emprego e da renda como essenciais para um programa de inclu-

são social. Quero agora destacar algumas circunstâncias sobre o emprego e trabalho de jovens, especialmente do segmento que tem entre 15 e 24 anos. Uma questão ainda mal resolvida no mundo, na América Latina e, também, no Brasil. O número de jovens desempregados em escala mundial continua a crescer, aproximando-se de 90 milhões segundo a Organização Internacional do Trabalho. Estima-se que essa situação tenderá a piorar nos próximos 10 anos. Com raríssimas exceções, as taxas de desemprego juvenil se revelam hoje maiores que as de adultos. Na América Latina e no Caribe o desemprego dos jovens passou de 12% para cerca de 17% na década de 1993 a 2003, alcançando a marca de 21% entre as mulheres jovens. Com relação ao Brasil, pesquisa do Dieese mostra que, em fins de 2005, cerca de 46% do total de desempregados no Brasil pertenciam a essa faixa de idade. A taxa de desemprego desse segmento era cerca de 3 vezes maior que a registrada entre os que tinham 25 anos ou mais. Além disso, dados de São Paulo revelaram que mais de 70% dos jovens já ocupados tinham fortes dificuldades para conciliar seus trabalhos com seus estudos. (...) Por fim, devemos ter em mente que garantir emprego estável e renda digna é um dos objetivos permanentes do desenvolvimento propugnado pelas Nações Unidas. Sua Declaração do Milênio, aprovada em 2000, fixa, entre outros, o objetivo de formular estratégias para empregar os jovens. Trata-se, entretanto, de meta da qual o Brasil guarda ainda uma apreciável distância. Apesar da promessa do governo atual no sentido de aumentar os índices de emprego, as medidas adotadas se revelaram ainda insuficientes e o próprio programa "Primeiro Emprego" teve repercussão efetiva abaixo da esperada. É urgente, portanto, que o governo, a iniciativa privada e outras organizações e movimentos sociais somem esforços para melhorar as condições imediatas e futuras de emprego e trabalho para nossos jovens".

*Pronunciamento sobre o desemprego juvenil,
realizado em outubro de 2006*

"A crescente expansão da pedofilia na Internet é um fenômeno grave e complexo que já se tornou um enorme desafio para toda a sociedade e, em particular, para as autoridades brasileiras. Combater essas redes criminosas que espalham seus conteúdos danosos pela rede mundial de computadores como uma verdadeira praga, pulando de *site* em *site*, demanda determinação e paciência. (...) Temos que agir em várias frentes para combater esses crimes. Um dos nossos maiores desafios é atualizar as leis. Precisamos também aprimorar os instrumentos de responsabilização dos culpados para que Polícia, Justiça e Ministério Público possam atuar mais efetivamente, além de firmar acordos com os provedores, como já mencionei. É fundamental ainda a atenção constante das famílias e da escola no uso que as crianças fazem da rede."

***Pronunciamento sobre pedofilia na internet,
realizado em setembro de 2006***

"Venho à tribuna, nesta oportunidade, para deixar registrada minha preocupação com um tema central do desenvolvimento. No meu entender, o que melhor expressa o vínculo que há entre economia e qualidade de vida. Refiro-me à questão do emprego. O desemprego no Brasil aumentou quase 80% entre 1992 e 2004. Nesse ano mais recente tínhamos quase 8,5 milhões de desempregados; perto de 51% de informalidade e acusávamos um "rendimento médio do trabalho" inferior ao de 10 anos antes, conforme registra o IPEA em seu recentíssimo informe sobre 'O Estado da Nação'. (...) A taxa de desemprego no Brasil praticamente dobrou desde o fim dos anos 80 até a presente década. O Dieese estima que, atualmente, de cada 9 jovens brasileiros, pelo menos 4 estejam em busca de emprego. Precisamos, pois, restabelecer esse crescimento mínimo de 5% ao ano, além de assegurarmos que os novos investimentos gerem, efetivamente, mais

e melhores oportunidades de trabalho. Apesar da intenção manifesta do governo de criar um volume apreciável de empregos durante esse quadriênio, a pressão da estabilidade monetária e fiscal tem, naturalmente, dificultado tal objetivo."

*Discurso sobre emprego e inclusão social,
feito em setembro de 2006*

"Quase um ano se passou desde o lançamento da campanha nacional pela licença-maternidade de seis meses e posso dizer, com certeza, que temos acumulado significativas vitórias nessa caminhada. Enquanto o nosso projeto de lei não é aprovado pelo Senado Federal, constatamos que a idéia da licença de seis meses vem conquistando cada vez mais corações e mentes em todo o Brasil, despertando o interesse não apenas das trabalhadoras, mas também dos representantes do Poder Público. (...) Temos, portanto, motivos de sobra para comemorar e seguir adiante nessa luta. Felizmente, o nosso exército em prol do bem-estar das mães e de seus bebês só tem aumentado. E isso já é uma conquista e tanto. Estou cada vez mais convencida de que é investindo nas crianças desde cedo que vamos conseguir mudar o rumo da nossa história, colocando o Brasil na rota de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, que efetivamente leve em conta o nosso extraordinário capital humano".

*Discurso proferido em junho de 2006 sobre o balanço da
campanha em prol da licença-maternidade de seis meses*

"São muitos os pontos positivos da proposta que cria o Fundeb, a começar pelo estímulo a uma remuneração mais digna para os professores, ainda tão sacrificados, e a inclusão no sistema de

crianças de faixas etárias atualmente desassistidas, principalmente ao contemplar o financiamento de creches para meninos e meninas que têm até três anos de idade. Nesse último item, o papel da sociedade civil e dos parlamentares engajados na defesa dos direitos das crianças e adolescentes foi fundamental, porque o projeto encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional não incluía as creches. Nós, da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, a sociedade civil e o movimento Fundeb pra Valer fizemos um esforço muito grande nesse sentido. Essa é uma proposta que, certamente, vai melhorar a condição da educação. (...) Mas o Fundeb não é o que idealizamos, senadora Heloísa Helena. Conversávamos, há pouco, exatamente sobre um projeto, em que estou dando entrada na Consultoria do Senado, sobre a escola em tempo integral. Esse é sonho de quem milita na área do direito da criança e do adolescente, pois sabemos que uma criança, ao entrar na escola, recebe todos os cuidados, toda a atenção e uma educação que a liberta, que faz com que ela possa conhecer seus direitos e seus deveres, que a faz ser uma pessoa cidadã, que possibilita a essa criança o acesso ao esporte, à cultura, ao lazer e à música."

Discurso sobre o projeto que institui o Fundeb – fundo de financiamento para todas as etapas da Educação Básica. Junho de 2006

"Estou cansada de vir a esta tribuna falar todos os dias sobre esses mesmos problemas (a violência contra crianças e adolescentes). Não agüento mais – e não é como senadora, é como mulher, como cidadã, como mãe – ver essa guerra que está acontecendo neste País. Nós estamos aqui discutindo juros, PIB – abaixa, diminui, aumenta –, enquanto o País está aí. E é isso o que estamos deixando de herança. O que essas crianças têm na cabeça, o que elas vêem são maus exemplos. Quando estão lá morrendo, não há ninguém para acudi-los.

Quando estão lá sofrendo, não há ninguém para falar por elas, porque a mãe já morreu, porque a mãe está passando fome, porque a mãe está se prostituindo, porque a mãe está trabalhando de babá na casa dos ricos, cuidando dos filhos dos ricos. É assim a realidade. E isso tem me doído muito. Mas, mais do que doído, tem me indignado. Mais do que me indignado – permitam-me, senadoras e senadores –, tem me revoltado, porque sou senadora e consigo fazer muito pouco por aquilo em que acredito. Às vezes, os bastidores da política nos dão nojo, porque sabemos que lá fora está o povo, que precisa de nós; não é aqui. Nós nos prendemos a tanta coisa pequena, a tanta besteira, a tanta bobagem, enquanto os nossos filhos estão morrendo. Não os meus, porque, graças a Deus, tive condições de criá-los bem. Graças a Deus, estão todos estudando, prestes a se formarem, mas os filhos das marias, que não têm ninguém que fale por elas. São os filhos desses homens e dessas mulheres que não têm ninguém que fale por eles."

Pronunciamento sobre o documentário produzido pelo rapper MV Bill e pelo coordenador da Central Única de Favelas, Celso Athayde. Março de 2006

"Precisamos retomar o rumo do desenvolvimento econômico, da geração de mais empregos e renda, da construção e da consolidação de políticas públicas que sejam capazes de resgatar a dignidade do povo brasileiro. Estou convicta de que nessa luta é imprescindível melhorarmos os mecanismos de combate à corrupção. (...) Um dos nossos maiores desafios é o aprimoramento dos instrumentos de recuperação do dinheiro desviado do Erário por ações de corrupção. Ao mesmo tempo em que precisamos avançar nessa seara, precisamos definir, com clareza e transparência, a aplicação dos recursos que foram recuperados pelo Poder Público. Nesse sentido, Senhor presidente, apresentei, no final do ano passado, um projeto de lei prevendo que

as verbas desviadas dos cofres públicos por ações de corrupção, que forem recuperadas pelo Estado, sejam destinadas ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. (...) Senhor presidente, nos debates que participo, nas reuniões, nos encontros, sempre digo que é hora de deixar de fazer discursos. Eu própria, que sou política, não agüento mais ouvir dizer que as crianças são o futuro deste País. Que futuro essas crianças terão se apenas 1,5% do orçamento de bilhões que o Brasil tem é destinado às crianças e aos adolescentes? E o Brasil gasta apenas R\$ 1,00 por dia com 60 milhões de seres humanos de 0 a 17 anos, que não têm escola ou qualidade no ensino, não têm oportunidade de ter uma casa, um teto para morar, nem a oportunidade de ter aquilo que é essencial na infância: a dignidade, a tranqüilidade, o conforto, a alegria naquilo que vemos nossos filhos fazerem quando são pequenos, como jogar bola, soltar pipa, brincar na areia, brincar de correr. É isso que eles querem: nada mais do que o necessário para que possam ter uma vida digna com felicidade. Senhor Presidente, é por esse motivo que apresentei esse projeto."

Discurso sobre projeto de lei apresentado pela senadora prevendo a aplicação dos recursos desviados por ações de corrupção no Fundo Nacional da Criança e do Adolescente

"Não sou uma adepta fervorosa das estatísticas porque acho que, muitas vezes, o que mais nos falta é olhar com carinho, determinação e vontade política para as pessoas que estão por trás desses indicadores. No entanto, quando vamos discutir o orçamento, é fundamental analisarmos esses números para que possamos corrigir algumas sérias distorções. Uma análise profunda e detalhada realizada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) no Orçamento da União de 2005, a partir de dados do Siafi, permite-nos chegar a conclusões bastante preocupantes. Nos nove primeiros meses do ano,

o governo federal só executou 40,8% do Orçamento-Geral autorizado para 2005, o que significa cerca de R\$ 657,7 bilhões. Dentro desse universo de 40,8% executados até setembro, ínfimos 2,3% foram aplicados em programas e ações que atendem, direta ou indiretamente, todas as crianças e adolescentes do nosso País. Isso significa que apenas R\$ 15,2 bilhões foram destinados, até o final de setembro, aos quase 60 milhões de brasileiros na faixa etária entre 0 e 17 anos para as ações nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, cultura, lazer, esporte, habitação, saneamento básico, assistência social e proteção de direitos. De acordo com o Inesc, o gasto *per capita* foi de apenas R\$ 260,36 nesse período, uma média de R\$ 28,90 por mês para cada menina e menino do Brasil, menos de R\$ 1,00 por dia! Não podemos nos conformar diante de situação tão absurda. Temos a obrigação de sair desse estado de letargia que parece ter contaminado todo o Brasil. (...) Não adianta os políticos beijarem criancinhas às vésperas de campanha, a população não agüenta mais ver isso porque, na hora do Orçamento, não há um tostão para elas."

Discurso sobre o Orçamento Criança, feito em novembro de 2005

"Senhoras e senhores senadores, precisamos ter em mente que nossa classe política passa por uma de suas mais graves crises de credibilidade. Os eleitores, em sua grande maioria, já não se sentem representados por aqueles que elegeram e não crêem nos partidos e, freqüentemente, na própria democracia para resolver seus problemas imediatos. Historicamente, e não só agora, a corrupção desvia os recursos públicos e faz com que os impostos não atinjam sua real finalidade: a de distribuir a renda em prol dos menos favorecidos. A balbúrdia política dificulta ainda a implementação de projetos estruturais e inviabiliza a realização das reformas de que o Brasil tanto precisa. Engessa o Executivo, paralisa o Congresso, imobiliza a demo-

cracia. Isso sem contar que até os importantes investimentos externos no Brasil dependem da estabilidade política. Precisamos, portanto, fazer correções em nosso sistema político-eleitoral para podermos caminhar com liberdade. Devemos ser implacáveis com o fisiologismo e a corrupção – inimigos da eficiência econômica –, que dispersam riqueza sem retorno social algum. Os especialistas são unânimes em apontá-los como algumas das maiores chagas em todo o mundo."

Pronunciamento sobre a necessidade de se fazer, urgentemente, uma reforma política no Brasil. Outubro de 2005

"Estou convicta de que está na hora de inaugurarmos no Brasil uma verdadeira cultura da paz. Se sonharmos com um País mais desenvolvido e socialmente justo, não podemos basear nossa cruzada na lógica do 'olho por olho, dente por dente', da justiça feita com as próprias mãos. Não se combate violência com mais violência! Ter uma arma na mão não é garantia de proteção. A presença de uma arma em casa aumenta – e muito – o risco de acidentes com crianças e adolescentes e de brigas banais se transformarem em mortes. Ou seja: a justa busca pela segurança pode se voltar contra a própria família brasileira! Por isso me junto aos cidadãos que vão votar pelo 'sim'. Sei que o desarmamento não acabará, sozinho, com a criminalidade. Mas precisamos romper esse círculo vicioso que contaminou nosso cotidiano. Tenho certeza de que desarmar a população será um importante tijolo na construção de um País melhor, em que todos os brasileiros, independentemente de classe social, faixa etária, raça, etnia, orientação sexual e religiosa, possam viver com tranquilidade."

Discurso acerca do referendo sobre a proibição ou não da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. Outubro de 2005

"Para encerrar as minhas palavras, eu queria deixar muito claro, neste momento em que também se discute a Reforma Política. As

pessoas, no meu Estado, votaram em mim para que eu fosse a senadora eleita pelo PPS. No momento, certamente, as pessoas estão confusas, sem entender direito o que acontece no nosso País, na crise em que estamos vivendo, com um troca-troca de partidos muito grande. É inaceitável que, às vezes, as pessoas, em 24 horas, troquem de legenda. Portanto, quero deixar uma palavra aos meus eleitores do Ceará: saio do PPS não porque quero, não traio os meus eleitores, que votaram em mim para ser uma senadora do PPS, mas, infelizmente, tenho que dizer que fui traída pelo meu partido. Mas não carrego mágoa. Pelo contrário, por tudo que ouvi aqui hoje, por todos os relatos, por todos os pronunciamentos e apartes de senadores e senadoras desta Casa. Isso me dá calma, conforto, segurança. Mas, mais do que isso, a certeza de que vou continuar a minha luta, nesta estrada, fazendo o que for melhor, antes de qualquer coisa, para o povo, o povo do meu Estado do Ceará."

Pronunciamento em que a senadora anunciou sua saída do PPS. Junho de 2005

"Estou convencida de que nós, parlamentares do Nordeste – senadores e senadoras, deputados e deputadas Federais –, podemos, neste momento, somar nossas vozes, pleiteando uma refinaria para nossa região. Sabemos que muitos Estados se oferecem como sede e que todos têm, por certo, diferentes e justificáveis razões para esse oferecimento. Sei também que cada um de nós tem uma responsabilidade especial com os povos dos nossos próprios Estados, a quem devemos os mandatos que aqui exercemos. Essa não deve ser uma luta que coloque os irmãos nordestinos uns contra os outros, mas, ao contrário, deve nos unir em uma só voz para que o governo federal realmente possa ter um planejamento para todo o Nordeste, para que ajude o Nordeste a resgatar uma dívida de tantos e tantos anos, que deixa o nosso povo, muitas

vezes, à margem da sociedade, sofrendo com a pobreza e com a miséria. O impacto da chegada de uma refinaria como essa para o Estado do Ceará certamente seria um momento de grande alegria para todos nós."

*Discurso sobre a expansão das refinarias
para o Nordeste. Março de 2005*

"Senhor Presidente, recentemente tive uma demonstração clara de que a cruzada contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes ganha cada vez mais corações e mentes em todo o mundo. Ciente de que todos nós temos uma gigantesca dívida com as crianças e os adolescentes, o Parlamento Italiano resolveu deflagrar um movimento internacional de defesa dos direitos da população infanto-juvenil. O começo dessa caminhada ocorreu entre os dias 17 e 18 de outubro deste ano, quando foi realizada, em Roma, a Conferência Mundial de Parlamentares Mulheres pela Proteção de Crianças e Adolescentes, da qual tive a honra de participar na qualidade de palestrante. O encontro reuniu cerca de 200 deputadas e senadoras de mais de 100 países, que discutiram, durante dois dias, as principais questões ligadas à infância e à adolescência. Além de ser um espaço para troca de experiências de parlamentares de todo o mundo, a Conferência gerou resultados práticos. No final das discussões, foi aprovada a criação de uma rede mundial de mulheres parlamentares, que terá a missão de fazer um incansável monitoramento do cumprimento dos preceitos estabelecidos pela Convenção dos Direitos da Criança."

*Pronunciamento sobre a situação dos direitos
da infância no mundo. Dezembro de 2004*

"Senhoras e senhores senadores, venho hoje a esta tribuna para lhes contar o que atormenta o meu sono e tira o meu

sossego. São imagens de crianças, que, às vezes, mal acabaram de nascer, sendo molestadas e friamente estupradas por pessoas que, por mais que eu tente ser generosa e busque entender, não consigo perdoar. Perdoem-me pelo desabafo que faço, mas ele é fruto do que tenho visto neste País, ao lado da Deputada Maria do Rosário, que assiste a este pronunciamento. Vossa Excelência tem sido uma mulher corajosa. Fez da sua vida pública também uma iniciativa, um caminho, para que juntas pudéssemos acabar definitivamente com essa chaga, com essa doença. (...) Senhor presidente, devo dizer que saio dessa CPMI muito diferente de quando entrei. Como milito nessa área toda a minha vida, pensei que já tivesse visto o que de pior acontece com as crianças, mas, quando vejo na internet crianças amarradas, vendadas, com as mãos para trás, com as pernas abertas, não posso nem vou me calar. Ao concluir meu pronunciamento, peço ao Congresso Nacional, à imprensa, que tem colaborado com essas investigações, que estejam atentos. Peço ao governo federal que nos escute, escute o clamor dessas crianças, escute essas vidas que hoje têm, como relatam, a alma velha, para que, quem sabe, possamos vir a ter orgulho do País em que vivemos, para que possamos construir um País com mais justiça, com mais dignidade, onde os nossos filhos, as nossas crianças, que nada nos pedem, tenham o direito de ser feliz."

Discurso cobrando medidas concretas do Poder Público no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Maio de 2004

"É com profundo pesar que venho a esta tribuna lamentar o falecimento, na manhã de hoje, de uma das filhas mais diletas do Ceará e do Brasil: a escritora, a professora, a jornalista, a amiga, a inesquecível Rachel de Queiroz. Rachel faria 93 anos no próximo dia 17. Apesar da idade, ela impressionava pela lucidez das observações,

pela clareza com que discorria sobre os assuntos mais atuais, pela jovialidade no trato com os muitos amigos e inúmeros admiradores. Na verdade, Rachel nunca perdeu o jeito de menina, aquela mesma menina que publicou, na flor dos 20 anos, um dos clássicos de nossa literatura: o romance *O Quinze*, cuja primeira tiragem foi patrocinada pela própria Rachel, com dois contos de réis que seus pais lhe emprestaram. (...) O Brasil perde uma de suas maiores artistas. O Ceará perde uma de suas filhas mais ilustres. E eu dou adeus a uma grande amiga, que iluminou e enriqueceu a minha existência e a de todas as pessoas que tiveram a sorte de conviver com essa grande mulher. Adeus, Rachel. Você jamais será esquecida."

Discurso por ocasião da morte da escritora cearense Rachel de Queiroz. Novembro de 2003

"Senhor presidente, a vida colocou-me na política, e aqui estou, esperando corresponder a confiança dos cearenses que em mim depositaram suas esperanças. No Senado, quero dar continuidade à minha luta, quero fazer parte dessa história. Quero estar de olhos bem abertos, atenta e envolvida com todas as questões que dizem respeito a tantos que ainda não têm vez e nem voz. Quero ser lembrada como a primeira mulher cearense eleita para o Senado, que ergueu o nome da minha terra, que levantou a bandeira das políticas sociais. Quero lutar contra a seca no Nordeste, que maltrata e arranca a força e a esperança dos que vivem no campo. Quero gritar, se for preciso, para assegurar o direito de milhões de crianças e jovens que todos os dias perdem um pouco da sua infância, largadas nas calçadas, paradas nas esquinas, cheirando cola, limpando pára-brisas de nossos carros, expostas a todo e qualquer tipo de violência. (...) A política fez de mim uma pessoa melhor, porque aprendi,

principalmente com os mais simples e humildes, o valor da política verdadeira. E por mais que alguns tentem fazer dela um instrumento de opressão, sei que ela é a ferramenta da transformação."

*Pronunciamento de estréia no
Senado Federal. Março de 2003*

Divulgação



De políticos a pessoas do povo, senadora Patrícia recebeu reconhecimento por seus projetos e sua ação parlamentar

Reconhecimento público

*As manifestações de apoio de cidadãos,
políticos e representantes da sociedade
civil ao trabalho da senadora Patrícia*

"A caminhada da senadora Patrícia na defesa dos direitos de crianças e adolescentes ultrapassa os limites da ação política de parlamentar, ela é integrante da sua convicção de vida e de sua prática social. E por esses motivos que a senadora Patrícia antes de política é uma protagonista do movimento social brasileiro em favor das crianças e dos adolescentes. É esse compromisso e esse exemplo de vida, carregado desde o início da sua vida política em Fortaleza-CE, em que colocou e coloca a sua sensibilidade, sua emoção, sua experiência pessoal de mãe, sua liderança política e seu saber acadêmico em favor de todas as crianças brasileiras que FAZ A DIFERENÇA de Patrícia Saboya no Senado Federal. O mandato dela quebrou rotina e paradigmas no Senado. Antes sombrio, por vezes indiferente, o tema dos direitos de crianças e adolescentes, sem dúvida, é hoje, de interesse público e político no Congresso Nacional e não mais pauta do sensacionalismo fortuito. Com o mandato da senadora Patrícia, impossível não problematizar os dilemas das crianças pobres do Brasil. O movimento social brasileiro em defesa das crianças e dos adolescentes está engrandecido e fortalecido pela coragem e pela competência da senadora que emprega a sua força de

emoção e racionalidade para que cada criança brasileira seja tomada como sua criança."

Neide Castanha, coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

"A decisão da senadora Patrícia Saboya de dedicar seu mandato à defesa dos direitos da criança e do adolescente em si já é motivo de admiração. Soma-se a isso a determinação com a qual assume o papel de porta-voz no Congresso Nacional de cada um dos meninos e meninas do Brasil. Corajosa, essencial, é sua luta para desvendar, combater, punir os responsáveis pelas redes de exploração sexual da infância e da juventude. Comovente a maneira como se empenha em proporcionar aos brasileiros a oportunidade de nascer bem, com o projeto da licença-maternidade de seis meses. A Sociedade Brasileira de Pediatria se orgulha em ter Patrícia Saboya como companheira de jornada!"

Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria

"Senadora Patrícia, Vossa Excelência tem se destacado, nesses quatro anos, em várias áreas. Mas eu ressalto aqui a sua luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. E eu quero, neste momento, falar do meu compromisso com essa causa também como futuro governador do Estado do Rio de Janeiro. Tenha, portanto, em mim um parceiro nessa batalha."

Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), governador eleito do Rio de Janeiro, em discurso de despedida do Senado. Dezembro de 2006

"Senadora Patrícia, todos nós reconhecemos a sua competência, a sua sensibilidade e a sua dedicação neste mandato – como mulher, como mãe e como senadora – à causa das crianças e dos adolescentes.

Creio que nenhum País pode ser considerado Nação civilizada, nenhum País pode ser considerado Pátria, nenhum País pode ser considerado moderno e civilizado quando promove, pela omissão, condições na vida em sociedade que aniquilam a infância. (...) Portanto, a infância e a juventude acabam funcionando como mão-de-obra barata, como objeto dessas redes malditas, dessas organizações criminosas que aniquilam a dignidade de nossas meninas e de nossos menininhos. (...) É importante que Vossa Excelência traga a esta Casa o debate sobre as redes criminosas que promovem uma afronta à dignidade, aniquilando a infância, pois a infância é o momento da vida de uma pessoa que nada é capaz de recompor. (...) Meus parabéns a Vossa Excelência, minha solidariedade e o tributo que toda a sociedade presta à luta, à sensibilidade e à competência de Vossa Excelência em relação ao tema da criança e do adolescente brasileiro."

Senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em aparte a pronunciamento da senadora Patrícia sobre o problema da pedofilia na internet. Setembro de 2006

"Cara Senadora Patrícia Saboya, quero expressar respeito ao pronunciamento que Vossa Excelência faz sobre um tema da maior seriedade: a pedofilia na internet. É algo grave que o Brasil está vivendo, sem perceber o que ocorre, de maneira mais específica, no seio da juventude. O tema tem uma extensão muito grande. Posso começar tratando da criança obesa, pois estudos comprovam que um dos maiores problemas da humanidade é a obesidade. Se uma criança fica mais de duas horas diante de um aparelho de televisão já pode ter problemas de obesidade. Imagine Vossa Excelência o que pode acontecer em relação à Internet, que cria quadros obsessivos de acompanhamento daquele movimento e de uma atividade mental nova que surge para os adolescentes. Os exemplos são graves. Em meu Estado mesmo, o Acre, que é um Estado pequeno, os pais de uma jovem de 15 anos

perceberam que ela havia fugido, que havia ido para Recife, seduzida por um ambiente de Internet. Portanto, é um assunto de gravidade ímpar. O Brasil tem de prestar atenção ao pronunciamento de Vossa Excelência, principalmente as autoridades constituídas. Parabéns por um pronunciamento tão elevado."

Senador Tião Viana (PT-AC), em aparte a discurso de Patrícia Saboya sobre o problema da pedofilia na internet. Setembro de 2006

"Vossa Excelência não imagina a repercussão do seu projeto que amplia a licença-maternidade. Estive em vários lugares, mas o último foi em Penedo, em Alagoas, dando uma entrevista. A entrevistadora, muito competente por sinal, perguntou quando seria votado o projeto da senadora Patrícia Saboya prevendo a ampliação da licença-maternidade. Fiz questão de dizer que tão logo tenhamos a nossa pauta desbloqueada – e tenho trabalhado todos os dias para que isso aconteça – vamos votá-lo".

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, em aparte a discurso de Patrícia Saboya sobre os resultados da campanha nacional pela licença-maternidade de seis meses. Julho de 2006

"Senadora Patrícia Saboya, quero aparteá-la na mesma linha do Senador Renan Calheiros. Como sou relator da matéria, Vossa Excelência não imagina o número de correspondências que estou recebendo para subsidiar o meu relatório. Respondemos a todas, seguindo a orientação que Vossa Excelência nos deu quanto às audiências públicas, a política de convencimento. Como o projeto é optativo, não engessa nada, Vossa Excelência está fazendo um trabalho, em nível nacional, de convencimento, para que, sendo a lei aprovada – e tenho certeza que será aprovada no Senado e na Câmara –, efetivamente as empresas e a sociedade assumam a responsabilidade de ampliar a

licença-maternidade. Por isso faço este aparte para cumprimentá-la. Parabéns a Vossa Excelência".

Senador Paulo Paim (PT-RS), em aparte a discurso da senadora Patrícia sobre o projeto de lei que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. Julho de 2006

"A senadora Patrícia Saboya tem uma atuação marcada pelo compromisso ético, político e humano – e sempre na direção da efetivação dos direitos humanos para mais de 60 milhões de pessoas com até 18 anos. Nesse sentido, cito pelo menos três exemplos: a condução da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a luta para aprovação do Fundeb e as manifestações e ações para incremento de recursos para as políticas públicas direcionadas à infância e à adolescência no Brasil."

José Fernando da Silva, Presidente do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

"Senadora Patrícia, li seu trabalho e de outros na CPMI da Exploração Sexual e senti-me motivada a enviar-lhe esta carta. Pessoas como a senhora merecem elogios, sobretudo porque se importam com o sofrimento alheio. E por ser pessoa pública, instruída e capaz, certamente melhor do que eu e muitos outros, é conhecedora de dados alarmantes freqüentemente publicados pela Unesco e outras fontes e também consciente dessa horrenda realidade do aterrorizante quadro da infância brasileira e do mundo."

*Maria das Graças Pereira, do Maranhão.
Carta enviada em agosto de 2006*

"A história relata mulheres guerreiras, lutadoras, vencedoras e sofredoras. No Brasil, existem mulheres capazes de governar o País com sinceridade, respeito e doçura. Vossa Excelência é uma dessas figuras históricas que podem fazer muito pelo Brasil."

*Gabriel de Oliveira, de Minas Gerais,
por e-mail. Julho de 2006*

"Eu gostaria de destacar aqui a participação competente, brilhante e precisa da senadora Patrícia Saboya em todo o processo de discussão e aprovação do Fundeb."

Senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, durante votação do Fundeb no plenário do Senado. Julho de 2006

"A Campanha Nacional pelo Direito à Educação reconhece a liderança de seu mandato no aprimoramento do texto da PEC que trata da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A aprovação da referida PEC no Senado Federal, no dia 4 de julho de 2006, representa um importante passo rumo à garantia do direito à educação aos brasileiros e brasileiras. Sua habilidade no estabelecimento de canais de interlocução entre as entidades da sociedade civil e o Parlamento foram essenciais para a melhoria da proposta demonstrando a envergadura de seu compromisso público. Contamos com a destemida dedicação de seu mandato em outros momentos decisivos para a consagração dos direitos educativos no Brasil".

Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

"Expresso minha admiração e apresento congratulações por seu contínuo trabalho em defesa de nossas crianças e adolescentes destacando dois aspectos: o combate à violência, exploração sexual e ao trabalho infantil bem como a defesa para a educação das crianças, pois esse é o verdadeiro caminho da emancipação, da cidadania e da paz. Em particular, reconheço a magnitude do projeto de lei que amplia a licença-maternidade – aí está o começo e a finalidade da construção do ser humano. Não menos importante tem sido seu esforço para ampliação do Orçamento Criança. Por favor, continue essa luta tão bonita, sem desesperança. O Brasil e o Ceará precisam mesmo é de gente que sonha e que faz como você."

Jocileide Campos, do Ceará, por e-mail. Maio de 2006

"A senadora Patrícia Saboya, na atual legislatura, mercê de sua extraordinária atuação na defesa da criança e do adolescente, desde quando foi primeira-dama do Ceará, no Governo Ciro Gomes, onde desenvolveu um intenso trabalho social com a ajuda direta da Presidente da Fundação do Bem-Estar do Ceará – FEBENCE – hoje deputada Tânia Gurgel, vice-líder do PSDB, inaugurando em quatro anos 437 creches. Como deputada estadual teve destacada atuação na CPI da Prostituição Infantil e, como senadora, vem desempenhando seu mandato com extrema dedicação ao tema que granjeou de seus pares a confiança para coordenar a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado Federal. (...) Parabéns, senadora Patrícia Saboya! A sociedade brasileira haverá de reconhecer o fantástico trabalho que vem desenvolvendo em prol da criança e do adolescente em nosso Brasil."

José Teodoro Soares, reitor da UVA (Universidade do Vale do Acaraú), em artigo publicado no Jornal O Povo, intitulado "Patrícia Saboya – a senadora das crianças". Março de 2006

"Como mãe e mulher apoio seu projeto e espero mesmo que ele saia da pauta e ganhe seu espaço, pois, como estou no dia-a-dia na lida, sinto e acredito que mesmo com a discriminação velada que existe no mercado de trabalho, só lutando conseguiremos manter os direitos que já conquistamos e conseguiremos conquistar muitos outros que ainda faltam. A música da dupla Sá e Guarabyra 'Mulher e mãe de todos, o que será de nós, se a força do inimigo calar a sua voz' fala da mãe natureza, mas nós, mulheres, também fazemos parte dessa natureza e temos o direito e o dever de lutar por um mundo mais justo!"

Adriana Cristina de Medeiros, de São Paulo, por e-mail, comentando a proposta de ampliação da licença-maternidade. Março de 2006

"Senadora Patrícia, tenho sido testemunha da sua luta pela criança e pelo adolescente, que é muito importante, sobretudo para a região de onde viemos e que representamos, respectivamente, o Ceará e a Bahia. Penso que essa deve ser uma luta permanente, com novos projetos, como o que Vossa Excelência apresenta neste momento, que

têm de ser levados adiante. (...) Tenho certeza de que, por meio desses projetos, que são sérios e importantes, conseguiremos efetivamente melhorar a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes do País."

Senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), em aparte a discurso da senadora sobre projeto de lei de autoria dela prevendo aplicação de recursos recuperados da corrupção no Fundo da Criança e do Adolescente. Janeiro de 2006

"A ampliação da licença-maternidade é uma idéia muito boa que vem ao encontro de uma demanda forte da sociedade, que é proporcionar maior convivência entre mãe e filho nos primeiros meses de vida."

Gilberto Gil, Ministro da Cultura, ao comentar o projeto de lei da senadora Patrícia Saboya que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. Agosto de 2005

"Vossa Excelência tem ainda mais do que antes o carinho, o afeto, a admiração desta Casa. E eu, de modo muito especial, tenho uma admiração extraordinária por Vossa Excelência, pela sua luta pessoal, pelas vitórias que teve, sobrepujando-se a tudo e a todos, impondo-se à admiração e ao respeito. Tenha certeza de que, seja qual for o caminho que escolher, Vossa Excelência haverá de ter a compreensão, o apoio e a solidariedade das mulheres e dos homens de bem do Ceará e do Brasil. Um abraço muito grande a Vossa Excelência."

Senador Pedro Simon (PMDB-RS) em aparte a discurso em que a senadora Patrícia anunciou saída do PPS. Junho de 2005

"Senadora Patrícia, ao ouvir seu discurso sereno, porém forte, determinado e corajoso, recordou-me o pronunciamento que Vossa Excelência fez em Roma, quando defendeu, com muita propriedade, esta Casa e o nosso País, mostrando sua serenidade, mas também sua indignação. Indignação que demonstra em seu discurso de hoje, porque é impossível, para todos nós, entender como um qua-

dro como Vossa Excelência pode ser dispensado de um partido. Nesta Casa, em pouco tempo, Vossa Excelência mostrou competência, determinação e conhecimento. Viagou pelo Brasil inteiro, levando a mensagem desta Casa de seriedade no trabalho e de responsabilidade. A CPI dirigida por Vossa Excelência apresentou resultados que poucas CPIs apresentaram. E, quando Vossa Excelência apresentou neste plenário um elenco de modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e no Código Penal, a Casa se orgulhou, mais uma vez, de seu trabalho. Portanto, leve a nossa solidariedade."

Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em aparte a discurso em que Patrícia Saboya anunciou sua saída do PPS. Junho de 2005

"O trabalho que Vossa Excelência construiu aqui nesta Casa hoje é reconhecido praticamente por todos os senadores. É bom reconhecer – e seus filhos que estão aqui ouçam – que muitas pessoas nos perguntavam, quando chegamos juntos aqui, numa campanha que fizemos juntos, se Vossa Excelência era a ex-mulher do Ministro Ciro Gomes. E, hoje, tome cuidado o Ciro, porque ele pode passar a ser conhecido como o ex-marido da senadora Patrícia, pelo trabalho, pelo respeito, pela personalidade que Vossa Excelência tem demonstrado e pelo seu nível de independência."

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em aparte a discurso em que Patrícia Saboya anunciou sua saída do PPS. Junho de 2005

"Estou lhe escrevendo estas linhas para lhe parabenizar pelo seu trabalho no Senado Federal. Fico feliz por vê-la lutar pelo povo cearense, pelo povo brasileiro e, principalmente, pelas crianças que sofrem de abuso sexual, pois sinto que a senhora está aí no Congresso lutando por todos nós, brasileiros. Continue sempre assim."

Victor Hugo Vieira, do Ceará. Carta enviada em maio de 2005

"Venho por meio desta expressar minha profunda admiração e respeito pelo belíssimo trabalho que a senhora vem desempenhando no Senado Federal e por seu empenho em melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes de nosso País."

*Janáina Marinho de Góis, do Rio Grande do Norte.
Carta enviada em abril de 2005*

"Fico muito emocionada com o momento histórico em que governo e sociedade civil trazem à tona a grande indignação popular diante de qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes, em especial, contra a violência sexual. Parabéns pela coragem e determinação de abraçar a causa."

Márcia Acioli, por e-mail, fazendo considerações sobre o trabalho da CPMI da Exploração Sexual, que foi presidida pela senadora Patrícia Saboya. Maio de 2004

"Venho por meio desta parabenizar Vossa Excelência pelo seu trabalho na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Acabo de assistir a uma sessão da CAS e quero dizer que estou muito feliz por nós, brasileiros, termos uma senadora tão atuante. Infelizmente não votei em Vossa Excelência por morar em outro Estado, Pernambuco. Mas pode ter certeza de que estarei sempre acompanhando o trabalho sério, competente e coerente realizado por Vossa Excelência."

*George Antônio dos Santos, de Pernambuco,
por e-mail. Outubro de 2004*

"Venho de próprio punho dizer a Vossa Excelência que assisti e ouvi atentamente o seu primeiro pronunciamento no Senado Federal, pela TV Senado. Sinceramente, fiquei muito orgulhoso ao ver essa mulher corajosa mostrar para o Brasil que os cearenses são bravos e determinados."

José Jairo, do Ceará, por carta, em março de 2003